



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA  
DIRETORIA LEGISLATIVA  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO  
SETOR DE TAQUIGRAFIA  
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA  
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 98ª  
(NONAGÉSIMA OITAVA)  
SESSÃO ORDINÁRIA,  
DE 30 DE OUTUBRO DE 2012.**

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Chico Vigilante a secretariar os trabalhos da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 96ª Sessão Ordinária, de 24 de outubro de 2012;
- Ata da 97ª Sessão Ordinária, transformada em Comissão Geral, de 25 de outubro de 2012;
- Ata da 28ª Sessão Extraordinária, de 28 de outubro de 2012.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados, para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	2



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA 30 / 10 / 2012 HORÁRIO: \_\_\_\_: \_\_\_\_

VERIFICAÇÃO DE QUORUM

**LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS**  
**6ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA- 2011/2014**

DEPUTADO (A)	PART.	PRESENTE	AUSENTE	LICEN.
AGACIEL MAIA	PTC		X	
ARLETE SAMPAIO	PT	X		
AYLTON GOMES	PR		X	
BENEDITO DOMINGOS	PP	X		
CELINA LEÃO	PSD		X	
CHICO LEITE	PT	X		
CHICO VIGILANTE	PT	X		
CLÁUDIO ABRANTES	PPS		X	
DOUTOR CHARLES	PTB		X	
DR. MICHEL	PEN		X	
ELIANA PEDROSA	PSD		X	
EVANDRO GARLA	PRB		X	
JOE VALLE	PSB		X	
LILIANE RORIZ	PSD		X	
LUZIA DE PAULA	PEN	X		
OLAIR FRANCISCO	PTdoB		X	
PAULO RORIZ			X	
PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PEN	X		
ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB		X	
RÔNEY NEMER	PMDB		X	
WASHINGTON MESQUITA	PSD		X	
WASNY DE ROURE	PT	X		
WELLINGTON LUIZ	PPL	X		
PATRÍCIO	PT	X		
TOTAL		09	15	

  
SECRETÁRIO DEPUTADO (A)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) — Estão presentes 9 Parlamentares, havendo *quorum* para discussão.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (Como Líder do Governo. Sem revisão da oradora.) – Boa tarde a todas e a todos.

Em primeiro lugar, eu queria fazer um apelo a todos os Parlamentares que estão ainda nos gabinetes para que venham ao plenário, porque hoje o Colégio de Líderes decidiu e acordou votar um conjunto de projetos, vetos, projetos de Parlamentares que estão na pauta, assim como vários projetos do Poder Executivo que interessam à sociedade, sobretudo aqueles que versam sobre salário de trabalhadores, dos servidores públicos. Então, a gente faz um apelo a todos os Deputados que estão em seus gabinetes para que venham, pois precisamos de *quorum* aqui para fazer a votação.

Segunda questão, só para comunicar a todos os presentes. Alguns de nós estiveram na inauguração do bloco materno infantil do Hospital Regional de Sobradinho. É importantíssimo que todos vocês conheçam o trabalho desenvolvido ali que transforma o Hospital Regional de Sobradinho em uma referência no atendimento materno-infantil do Distrito Federal. Da mesma forma, meritamente o governador autorizou a ampliação da carga horária de novecentos profissionais, justamente para que pudéssemos ter ali naquela unidade os profissionais necessários para dar vazão ao atendimento das pessoas. A nova unidade terá capacidade para 450 partos, por exemplo, mensalmente, o que praticamente triplica as possibilidades que tínhamos antes naquele Hospital Regional de Sobradinho.

Então, para mim, que me formei ali — aquilo antigamente era Unidade Integrada de Saúde de Sobradinho, era hospital-escola, passei três anos trabalhando naquele hospital —, foi uma alegria muito grande, primeiro por ver a total recuperação do pronto-socorro do Hospital Regional de Sobradinho, e agora por ver a inauguração do bloco materno infantil, uma antiga reivindicação da comunidade de Sobradinho, que finalmente foi atendida pelo Governador Agnelo Queiroz.

Portanto, esse foi um momento de muita emoção para todos nós, particularmente para mim, que ali estive três anos. Por ser médica, sei da carência da população de Sobradinho do ponto de vista de mais espaço para atendimento às pessoas. Na medida em que se desloca o bloco materno infantil para lá, sobram mais



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

áreas para se ampliar o atendimento da clínica médica, que é o principal gargalo hoje daquele hospital.

Temos então, só no hospital de Sobradinho, o bloco materno infantil, a inauguração da nova UTI e a ampliação do pronto-socorro. São obras fundamentais que demonstram que o Governador Agnelo Queiroz está de fato priorizando a saúde pública no Distrito Federal. Todos os hospitais da nossa rede já tiveram algum tipo de reforma ou de ampliação – isso é fundamental que a gente diga aqui –, além da inauguração das UPAs e das Casas de Família. Ainda estão projetadas mais dez UPAs para o Distrito Federal, o que vai melhorar, e muito, o atendimento emergencial da cidade. Portanto, eu quero aqui chamar todos os Parlamentares para visitar o bloco materno infantil do Hospital Regional de Sobradinho.

Outra informação importante sobre a saúde é que o Ministério da Saúde acaba de constituir o Hospital Materno Infantil de Brasília – HMIB como sendo um hospital de referência para os programas federais do Ministério da Saúde. Então, haverá um investimento substantivo para a construção de uma espécie de casa-abrigo, para que as mães que moram longe e vêm ao HMIB porque têm um parto problemático ou estão em situação de risco possam, se não for ainda o momento de dar à luz, permanecer próximas ao hospital até que possam dar à luz seus filhos.

Portanto, esta é uma grande conquista para o Distrito Federal: possibilitar que sejamos uma das sete unidades da Federação a se constituir como referência na atenção materno-infantil no Distrito Federal – e é isso que o Governo Agnelo tem feito.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PEN. Sem revisão da oradora.) – Deputada Arlete Sampaio, eu gostaria de também parabenizar o Governador Agnelo. Eu fiz um pedido ao Hospital da Ceilândia sobre a estrutura daquele hospital e o que realmente havia sido reparado, enfim, sobre as obras que foram executadas naquele hospital. Para não nos delongarmos, eu tenho aqui: só no Hospital da Ceilândia, o Governador Agnelo fez treze reformas, então são cinco obras que iniciou e concluiu; na manutenção, foram 49 itens. Existe um projeto ainda de construção no hospital.

Pedi a palavra somente para reforçar o que V.Exa. está colocando e dizer que em todo o Distrito Federal o nosso Governador tem se preocupado com essa área e se dedicado a ela com o zelo de médico que o é. Solicitei a palavra para parabenizá-lo.

E parabenizo V.Exa. também pela abordagem e pela importância do aleitamento materno, que é uma das matérias da qual V.Exa. vem fazendo a defesa com conhecimento próprio. Nós sabemos da importância da motivação e da sustentação desse programa, que é o programa que realmente é capaz de sustentar



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

a vida e dar ao ser humano a condição de nascer, desenvolver-se e viver de forma equilibrada.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Agradeço o aparte da Deputada Luzia de Paula.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputada Arlete Sampaio, quero fazer um rápido registro. Assim como V.Exa., o Deputado Chico Vigilante, o Deputado Dr. Michel e o Deputado Raad Massouh, estivemos na entrega do bloco materno-infantil do Hospital de Sobradinho. Realmente, é uma obra de primeiro mundo, é uma obra que dignifica toda a população que usa o SUS e dele necessita. É um mérito da gestão do Governador Agnelo, acompanhado do Sr. Secretário Rafael Barbosa e, sobretudo, da Diretora do Hospital, Dra. Joana, com o diretor André. Empenharam-se tremendamente. Além de outros espaços que estão reformando, como é o caso da hemodiálise, inclusive usando uma emenda de nossa autoria.

Naquela oportunidade, Deputada Arlete Sampaio, fiz questão de levar o Governador – o Deputado Chico Vigilante também esteve presente – aonde os trabalhadores da terceirização acomodam-se para ter momentos de alimentação e de descanso, e que, portanto, precisa ter atenção. Eu fiquei muito impressionado com a sensibilidade do Governador na percepção da necessidade daqueles trabalhadores para terem melhores condições, ainda que sejam terceirizados, mas que trabalham na qualidade da saúde e da limpeza do próprio hospital.

Muito obrigado, Deputada.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Agradeço o aparte do Deputado Wasny de Roure.

E só para dialogar com a Deputada Luzia de Paula, lembrar que, além do hospital, tivemos reformas em diversos centros de saúde. Quando nós assumimos o governo, havia piolho de pombo no centro cirúrgico do HRC. Isso é uma vergonha! A realidade em que encontramos a saúde pública do Distrito Federal era lamentável, e aos poucos o Governador Agnelo Queiroz demonstra à sociedade a sua prioridade nesta área, pois vem recuperando *pari passu* todos os espaços públicos para que as pessoas sejam atendidas com dignidade.

Para terminar, Sr. Presidente, somente uma informação. No meu primeiro mandato nesta Casa, nós aprovamos uma CPI da Saúde, presidida pela Deputada Eliana Pedrosa e relatada por mim. Como resultado desse trabalho, desta Casa Legislativa, o Tribunal de Contas da União acaba de imputar ao gestor da época a responsabilidade de devolver aos cofres públicos 8 milhões e 300 mil reais, que foram mal utilizados naquele malfadado Hospital Santa Juliana, lá de Samambaia.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

Portanto, essa é uma vitória desta Câmara Legislativa no seu papel de fiscalização que conquistamos.

Somente isso, Sr. Presidente. Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputada Arlete Sampaio.

Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT/PRB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós temos uma situação no Distrito Federal que, muitas vezes, é invisível à sociedade e às pessoas que estão fora do contexto. Estou falando da facilidade de empresas prestadoras de serviço, no caso de vigilância e serviços gerais, se estabelecerem, Deputada Arlete Sampaio, e quebrarem no Distrito Federal, lesando os trabalhadores e lesando o erário público.

São mais de trinta empresas, Deputado Patrício, só em Brasília. Mais de trinta empresas que faliram de maneira fraudulenta, desapareceram do mercado de trabalho e ficaram os trabalhadores tendo que mover ações contra o Distrito Federal, até mesmo contra o Ministério Público da União, para receberem as suas parcelas rescisórias, em um processo extremamente penoso, em que o Distrito Federal terminava, Deputado Wellington, pagando duas vezes. São milhões que já foram desperdiçados nesse sentido.

Eu apresentei aqui na Câmara Legislativa um projeto que se tornou lei, sancionado, para nossa felicidade, pelo governador do Distrito Federal, que acaba com isso. É o Projeto de Lei nº 4.636, de minha autoria, que é simples, porque a gente conhece o assunto. Ele diz o seguinte: a empresa, ao assinar o contrato, é obrigada a assinar uma autorização para que o Distrito Federal abra uma conta especial em que serão depositados os valores da parcela rescisória. Esses valores da parcela rescisória ficam nesta conta para cobrir o direito dos trabalhadores na hora da sua quitação, caso a empresa venha a falir.

Portanto, é uma lei que beneficia os trabalhadores, mas beneficia também os empresários sérios da área de prestação de serviço, porque, Deputado Chico Leite, afasta a picaretagem do mercado de prestação de serviço.

Para minha surpresa — eu vejo entrando aqui no plenário a Deputada Eliana Pedrosa, que conhece a questão da prestação de serviço e sabe que as empresas decentes estão de acordo com a minha lei, pois ela retém as parcelas rescisórias para que não venham; já são mais de trinta empresas que concorrem de maneira fraudulenta com as demais, quebram, desaparecem e deixam os trabalhadores na rua da amargura —, a Confederação Nacional do Comércio, que deveria estar preocupada com os empresários sérios e não com a picaretagem, entra no Supremo Tribunal Federal, Deputada Eliana Pedrosa, sendo a guardiã da picaretagem. A Confederação Nacional do Comércio está querendo dar guarida para a picaretagem,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

ou seja, empresa que não tem capital nenhum, participa de uma licitação, ganha de maneira fraudulenta, quebra e depois o Erário paga.

Mas a minha surpresa maior é que um Deputado desta Casa, o Deputado Robério Negreiros, apresentou uma indicação que passou hoje pela Comissão de Constituição e Justiça — do meu ponto de vista, é uma indicação absolutamente inconstitucional — sugerindo ao Governador do Distrito Federal que não regule a lei. Quer dizer, o nosso projeto, Deputado Chico Leite, tramitou em todas as comissões, todos os Deputados tiveram o direito de opinar, foi aprovado em primeiro e segundo turnos nesta Casa, foi para a sanção do Governador, o Governador sancionou. Está sendo agora regulamentado. Nos novos editais já vai constar a retenção das parcelas rescisórias, que é o mesmo, Deputada Eliana Pedrosa, que o Conselho Nacional de Justiça já faz, é o mesmo que foi sugerido pelo Ministério do Planejamento, e os empresários decentes estão de acordo.

Eu sei que V.Exa. está de acordo. Eu conversei com o Senador Eunício, que é um dos maiores empresários, e mesmo estando afastado da empresa, S.Exa. está a favor. Portanto, eu não entendi o porquê de o Deputado Robério Negreiros questionar a regulamentação da lei.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Sem revisão da oradora.) – Deputado Chico Vigilante, eu só gostaria de rememorar que, quando V.Exa. protocolou esse projeto, eu tive a oportunidade aqui, no momento da votação, de fazer um elogio pela sua iniciativa. Aqui no Distrito Federal nem uma, nem duas, nem três empresas têm quebrado e levado prejuízo aos trabalhadores. Mesmo depois, quando eles conseguem receber a parcela, já se passaram três, quatro, cinco meses sem receber.

Agora mesmo, estive visitando parlamentares do meu partido — o Deputado Guilherme, Líder do PSD na Câmara Federal — e fui abordada por diversos servidores da Câmara Federal, da empresa de limpeza terceirizada, dizendo que estão sem receber o salário.

Então, vejam bem a importância dessa retenção para garantir pelo menos que aqueles aventureiros que vêm aqui... Depois de dois anos, quando começam a vencer as férias e elas não têm mais jeito de serem prorrogadas, eles somem e o trabalhador não tem o FGTS, porque simulam folhas de pagamento, para apresentar aos órgãos, que não correspondem à realidade.

Seria importante também que fizéssemos uma ação no Governo Federal para que o INSS e o FGTS pudessem ser vistos de uma maneira conjunta. Tem mais uma empresa de vigilância para quebrar nos próximos dias, pois os trabalhadores estão sem o FGTS depositado há seis meses. Ontem vieram ao meu gabinete trazendo essa notícia e com um pedido desesperado de como poderiam ser ajudados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

Então, eu quero me somar a sua indignação em relação à Confederação Nacional do Comércio ter entrado com a ADIn. Vejam bem, pegou-se uma lei local, não teve nenhum órgão, nenhuma entidade local que se prestou a esse papel de entrar contra uma lei tão importante. Precisaram pegar uma confederação, talvez querendo proteger empresas que não se apresentam corretamente, mas que aqui no Distrito Federal não têm mais condições de prosperar.

Eu quero lhe dar os parabéns e dizer que estamos juntos nesta luta, a luta pela moralização, pelo direito do trabalhador. Não adianta você ter uma empresa com lucro, se o trabalhador é aviltado e se esse trabalhador não tem minimamente seu direito garantido.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Agradeço o aparte de V.Exa. e o incorporo ao meu pronunciamento.

Quero dizer desta tribuna, Deputado Patrício, que felizmente a Procuradoria Geral da República e a Advocacia-Geral da União posicionaram-se com parecer favorável pela constitucionalidade da nossa lei, porque a lei é constitucional, ela é moral, ela é justa, porque ela vai exatamente proteger a ponta, o elo mais fraco, que são os trabalhadores. Não pode continuar acontecendo o que está acontecendo hoje, de empresas saírem de Sergipe, de terem uma salinha lá, aí chegar aqui e o escritório se constituir em uma pasta 007, dando calote no Distrito Federal, nos trabalhadores.

Lamento que haja Deputado nesta Casa posicionando-se contra a moralidade. Vamos acabar com essa picaretagem no Distrito Federal. Portanto, estou fazendo uma sugestão ao Governador Agnelo Queiroz para que regulamente o mais rapidamente possível a nossa lei, para que possamos efetivamente fazer com que o PL nº 218, que se transformou na Lei nº 4.636, venha a vigor plenamente no Distrito Federal.

Já estou em contato com uma série de Parlamentares que estão apresentando projetos nos municípios e nos estados brasileiros. Tenho a convicção de que o Governo Federal, por meio da Presidenta Dilma, vai editar uma medida provisória para proteger os trabalhadores, a exemplo do que fez o Ministro Paulo Bernardo, quando estava no Ministério do Planejamento, que editou a Instrução Normativa nº 3, que faz com que hoje nos órgãos federais sejam retidas essas parcelas que estamos propondo que sejam retidas aqui no Distrito Federal. Portanto, espero que a Confederação Nacional do Comércio não se transforme na confederação nacional de proteção aos picaretas, porque será lamentável se isso acontecer.

Para concluir, Sr. Presidente, quero saudar a presença dos integrantes do SinLazer, que estão aqui no sentido de votarmos no dia de hoje, e daqui a pouco votaremos o projeto que trata dos clubes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Muito obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, prezados colegas, todos que nos acompanham, pessoal da galeria, do Sinlazer que está querendo a votação do PL nº 1.090. Tenho certeza de que hoje os senhores sairão satisfeitos daqui deste plenário.

Vou aproveitar a minha fala nos Comunicado de Líderes para externar uma tristeza. Ontem à noite, no Condomínio Porto Rico, a Câmara Legislativa promoveu uma audiência pública sobre a regularização do Porto Rico, Deputado Paulo Roriz, capitaneada pelo Deputado Chico Vigilante. O Deputado Chico Vigilante é sempre atento às demandas da sociedade, está sempre à frente e cobra providências para que as coisas andem, para que aquela população, que é mais sofrida, não fique à deriva, não fique sem uma informação, não fique sem uma providência.

E olha que o Condomínio Porto Rico vem se arrastando por muitos e muitos anos, desde a época que o ex-Deputado José Edmar batalhava por sua regularização aqui no Distrito Federal. Na minha primeira legislatura, lembro-me de que o ex-Deputado José Edmar já trabalhava por isso e até hoje não conseguiu. Ontem o Deputado Chico Vigilante conseguiu levar ao Condomínio Porto Rico representantes da CEB, da Secretaria de Obras, da Secretaria de Desenvolvimento Social, da Codhab e da Secretaria de Habitação para atualizar os moradores daquela localidade com relação ao andamento do processo. Até aí, nota 10.

A única ressalva que faço é que, para dizermos o que estamos falando, não precisamos mentir sobre aquilo que já aconteceu. E foi isso com que me surpreendi na fala do Secretário Daniel, ontem, quando disse que não tinha sido feito projeto para prever a instalação do Cras, do Creas. Existem as notas taquigráficas que certamente teremos à nossa disposição de quando o Deputado Paulo Roriz era Secretário de Habitação e foram promovidas várias audiências. Ficamos dentro da competência da Secretaria de Desenvolvimento Social, olhando com os técnicos da Secretaria de Habitação, delimitamos onde seriam creches, Cras, Creas, escolas de ensino fundamental — inclusive acompanhados do pessoal da Secretaria de Educação. Se eles sumiram com esse projeto, é outra história, mas que esse dever de casa foi feito, esse dever de casa foi feito.

Logo depois, há a fala de uma representante da Secretaria de Obras que reconhece que foi protocolado um projeto em 2009, que, se houver ressalvas a esse projeto, ele será complementado, aprimorado. Portanto, as obras de infraestrutura teriam como chegar ao condomínio Porto Rico.

Eu faço isso porque, pelo menos, durante toda a minha vida pública, eu nunca desmereci alguém que tenha trabalhado, eu nunca, para dizer dos meus feitos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

ou dos feitos das pessoas com as quais eu militava, ou do partido em que eu estava, ou do governador a que eu atendia, não precisei desmerecer o trabalho de ninguém. Eu não precisei dizer que o trabalho não foi feito de forma alguma, quando o trabalho tinha sido feito. E tenho provas de que foi feito.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputada Eliana Pedrosa, o Porto Rico tem uma história muito antes disso. E foi esta Casa — a despeito de todas as dificuldades que aconteceram — que aprovou um projeto, de iniciativa do ex-Deputado José Edmar. Mas eu me lembro muito bem de que, no meu discurso sobre esse projeto, eu disse: se o governador vetar, nós estaremos aqui para derrubar o veto, e foi o que aconteceu.

Naquela ocasião, essa cidade nasceu com apoio inclusive da bancada do PT para que ela viesse a acontecer. Eu, no ano passado, estive em uma audiência pública, por sinal bastante concorrida, eu não sei se V.Exa. esteve lá, mas acho que esteve.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Eu estive também, Deputado.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Então, a Deputada Erika Kokay trabalhou muito naquela localidade, o Deputado Paulo Tadeu esteve presente também. Existe um processo em negociação, inclusive o governo está empreendendo, de liberar um espaço, que ainda é do proprietário, com o seu devido parcelamento. A audiência foi realizada ontem e patrocinada pelo Deputado Chico Vigilante – a minha assessoria acompanhou, eu não fui porque estive em Lajes da Jiboia, que é uma área rural de Samambaia, acompanhando um projeto de uma emenda de nossa autoria de iluminação pública na área rural.

Portanto, são iniciativas que vêm somar-se àquilo que anteriormente já vinha acontecendo. O processo de regularização de uma área urbana não é uma tarefa muito fácil, mas uma tarefa extremamente difícil e demorada. Sobre a Vila Cauhy, nós a estamos acompanhando há praticamente 50 anos, e agora está com o seu processo para ser encaminhado ao Dr. Antônio Divino para liberar a regularização de uma área como aquela.

Então, acho que é um trabalho que cada um de nós se soma nesse processo que nasceu de maneira turbulenta, mas que hoje acomoda milhares de famílias por quem temos de ter o maior respeito e trabalharmos na perspectiva da sua regularização.

Muito obrigado, Deputada Eliana Pedrosa.

DEPUTADO PAULO RORIZ – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Ouço o aparte de V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

DEPUTADO PAULO RORIZ (Sem partido. Sem revisão do orador.) – Deputada Eliana Pedrosa, quero parabenizar o Deputado Chico Vigilante pela audiência que fez ontem no Porto Rico. Eu infelizmente não pude comparecer, mas quero dizer a V.Exa. que o problema do Porto Rico é muito maior do que tudo aquilo que nós estamos tentando resolver. Quando eu fui Secretário de Habitação, no governo anterior, nós regularizamos o Porto Rico.

O que é regularizar o Porto Rico? Nós entregamos todos os termos de ocupação daquela área para todos os moradores. Ali existem 5.500 moradores, sem contar os moradores daquela área de risco, que na época do Governador Arruda nós iríamos transportá-los para uma área lá em cima, na entrada do Condomínio Porto Rico. Existe a Dona Terezinha lá no Condomínio Porto Rico, que é uma pessoa extremamente voltada para essa área social.

Deputada Eliana Pedrosa, eu lembro muito bem, quando nós estávamos no governo, V.Exa. como Secretária de Desenvolvimento, que nós fizemos várias reuniões naquele condomínio, e uma delas foi para colocação do Cras. Nós, inclusive, liberamos a área para V.Exa. Fizemos várias audiências públicas naquela região e liberamos a área que, se eu não me engano, fica na entrada do Condomínio Porto Rico, perto do colégio, para que V.Exa. pudesse colocar o Cras lá.

Então, eu quero, Deputado Chico Vigilante, parabenizar V.Exa. por tudo o que está fazendo por aquele povo, porque é realmente um povo sofrido. Ali não é bem uma área de invasão, é uma área na qual alguns grileiros mal intencionados passaram pessoas humildes para trás. Está praticamente resolvido o problema da regularização do Porto Rico.

Estive com o Governador Agnelo um mês atrás e falei para ele da minha preocupação em relação ao asfalto do Porto Rico. Eu queria, Deputado Chico Vigilante, que V.Exa. nos ajudasse a fazer, pelo menos, o asfalto da avenida principal do Condomínio Porto Rico. Muita coisa já existe: a água está pronta, o esgoto está pronto, e eu gostaria de pedir a V.Exa. uma colaboração para que pudéssemos ajudar aquele povo sofrido daquela região. De maneira, Deputada Eliana Pedrosa, que V.Exa. tem toda a minha solidariedade. Eu lembro que, em 2010, nós fizemos duas audiências públicas lá no Porto Rico para que V.Exa. pudesse levar o Cras.

Então, são essas as minhas considerações. Faço um agradecimento em nome do Condomínio Porto Rico a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Obrigada, Deputado Paulo Roriz.

Essa é minha pontuação. Eu acho que todos nós esperamos que todas as demandas da sociedade sejam atendidas, aquelas que estão pendentes, aquelas que vêm de muitos anos, cuja solução é mais difícil porque, às vezes, depende de uma disputa judicial, e o Governo do Distrito Federal não pode avançar sobre aquilo que ainda não está decidido pela Justiça – não é certo, Deputado Chico Leite? –, mas também não podemos aproveitar a reunião dessas pessoas para denegrir ações de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

governos anteriores e também para esconder para debaixo do tapete as ações que já foram feitas.

Toda vez que eu puder elogiar um trabalho bem-feito deste governo, mesmo não fazendo parte da Base, eu o farei, mas também não me calarei jamais diante daquilo que foi feito, foi bem-feito e cuja autoria nos é negada.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputada Eliana Pedrosa.

Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz, e o Deputado Robério Negreiros poderá usar a palavra fazendo um aparte.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PPL. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos.

Sr. Presidente, quero trazer aqui uma preocupação: hoje a Polícia Civil completa 67 dias em greve. É algo extremamente grave. Sistemáticamente – e temos acompanhado isso de perto – o Governador Agnelo tem transmitido algumas mensagens, mas, lamentavelmente, a interlocução do Governador Agnelo tem falhado. Inicialmente, Deputado Chico Vigilante, eu imaginei que esta falta era por culpa, e não por dolo, mas o que aconteceu na semana passada me trouxe uma preocupação ainda maior. Acho que, com o apoio dos Parlamentares, o Governador Agnelo tem que saber o que há por trás disso.

Na quarta-feira, nós nos reunimos na Secretaria de Administração, toda a equipe econômica do GDF. Estávamos lá o Secretário de Fazenda, Dr. Adonias; o Secretário de Planejamento, Dr. Luiz Paulo Barreto; o próprio Secretário Wilmar Lacerda; o Secretário de Segurança, Sandro Avelar; o Diretor da Polícia Civil; e um representante da sociedade civil, que era o Presidente da OAB, Dr. Francisco Caputo, além, obviamente, dos representantes tanto do sindicato dos policiais como do sindicato dos delegados. Eu também estava presente.

Nessa reunião, ficaram claras algumas preocupações, mas ficou claro também o que o governador tinha deixado certo: o que for dado à Polícia Federal será concedido aos policiais civis do DF, como historicamente acontece. E ficou certo, Deputado Wasny de Roure, que os representantes sindicais, na assembleia de sexta-feira — isso aconteceu numa quarta-feira —, isso seria comunicado. Os policiais foram para a reunião com o sindicato, lá foi dito o que tinha acontecido e qual era a proposta do governo.

Para nossa surpresa, no dia da assembleia, na sexta-feira, o Secretário de Segurança, primeiro, numa entrevista no *Bom Dia DF*, deixou bem claro o que o governador tem sistematicamente dito: que o que for dado aos policiais federais será estendido aos policiais civis do DF. Porém, numa entrevista ao *Correio Braziliense* – o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

próprio Secretário de Administração tem que dizer se é verdade ou não – disse que era mentira, que não há proposta nenhuma para os policiais civis.

Então, a gente tem que saber o que está acontecendo, se o Governador Agnelo está sendo vítima de um atentado, porque, na minha concepção, a impressão que eu tenho é que estão jogando contra o patrimônio. Na minha impressão — desculpe, Deputado Chico Vigilante —, alguma coisa errada está acontecendo. A interlocução do Governador Agnelo está falhando, porque ele tem dito, desde o primeiro dia: “Eu disse que o que se desse à Polícia Federal seria estendido aos policiais civis”.

Mas essa informação nunca chegou aos policiais. São 67 dias em greve por falta de comunicação, e quando se comunicam, há um ruído dessa natureza. É muito grave. É importante a gente começar a pensar o que é que há por trás disso. Eu, particularmente, estou preocupado. Volto a dizer: a impressão que eu tenho é que o Governador Agnelo está sofrendo um atentado. E é fogo, amigo. É fogo, amigo. Temos que tratar com responsabilidade, porque quem está pagando essa conta é o Governo do Distrito Federal e a sociedade de Brasília. E o custo está alto.

Eu quero saber a hora em que essa brincadeira vai acabar. Se tem proposta, que ofereça aos policiais, para que essa greve finde ou não. Ele tem o direito de decidir, mas não pode ficar com essa brincadeira. Temos uma informação do governador de um jeito, e a informação que chega para a categoria é de outro. Porque um secretário que tem a responsabilidade de levar fielmente a informação do governador diz que não há proposta nenhuma. Como é que se termina uma greve? V.Exa., que é oriundo do movimento sindical, V.Exa., que trabalhou junto com essa polícia por muitos e muitos anos, junto com o Deputado Wasny de Roure e muitos outros companheiros aqui, sabe que se não houver proposta é claro que a greve não vai acabar. E não tem que acabar mesmo, não, se não houver proposta! É legítimo o que os policiais civis estão reivindicando. É legítimo, e a greve é legítima. Eu tenho certeza de que esse governo entende isso, até porque foi o governo do Partido dos Trabalhadores que inventou a greve.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Inventou, Deputada. Inventou, graças a Deus. Isso é um elogio, não é uma crítica, não. O Presidente Lula, na minha opinião, o maior presidente que este País já conheceu, começou a sua vida nos movimentos sindicais, e é um exemplo para todos nós. A greve é legítima, e a dos policiais também. Mas o que não pode continuar é essa brincadeira de gato e rato dentro do próprio governo. Essa é a impressão que eu tenho. A gente tem que ouvir do próprio governador, porque a interlocução dele está falhando, e está falhando feio. Volto a dizer: o custo está alto para o governo e para a sociedade.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Sem revisão da oradora.) – Eu queria fazer um aparte à fala do Deputado Wellington Luiz, porque eu ia fazer um comunicado hoje, mas a fala de S.Exa. contempla o meu comunicado de Parlamentar.

V.Exa. colocou bem claramente que a Polícia Civil em greve traz vários prejuízos para a sociedade, e ela traz mesmo. A gente precisa ter uma interlocução muito séria e muito clara, até mesmo porque, numa mesa de negociação, Deputado, onde há vários representantes, você não pode falar uma coisa e voltar atrás no jornal. Nós não estamos brincando com crianças, são pessoas, sindicalistas que sempre fizeram o movimento sindical independentemente do governo que acontecesse. Eu acho que, para essa comunicação, precisa se dar uma resposta imediata para a categoria.

Dentro da fala de V.Exa., V.Exa. sabe que hoje o Distrito Federal é a única unidade da Federação ainda que faz a vistoria dos carros de outros estados pela Polícia Civil? Para V.Exa. ter noção do que eu falo, hoje nós temos 7 mil carros, Deputado Wellington Luiz, que não estão sendo transferidos para o Distrito Federal por conta da paralisação da Polícia Civil. Se isso não acontecer, nós vamos perder de IPVA quase 4 milhões de reais. Então, com certeza, a gente sabe que essa greve — estou te dando um exemplo pontual sobre algo que eu vou falar — afeta a sociedade como um todo. Eu acho que é importante, sim, ter seriedade na condução do processo.

Esta Casa tem cada um de seus representantes ligado a segmentos diferentes, a sindicatos diferentes, e a gente precisa ter uma clareza na interlocução. Como exemplo, o próprio Secretário de Saúde, Deputado Wellington Luiz, foi para a televisão falando que não iria também fazer contratação de hora extra de fisioterapeutas porque nós temos pessoas no banco de reserva. Fizeram um descumprimento, inclusive, da lei federal que fala que são no máximo 30 horas. Então, o governo tem que ser um governo de palavra, tem que falar e cumprir. Eu acho que essa observação é muito importante.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Obrigado, Deputada. Pode ter certeza: nós, policiais civis, estamos sangrando quando temos que recusar uma ocorrência. O furto de um veículo, talvez, as pessoas entendam como “ah, isso não é grave”, mas para a pessoa que depende do seguro, é necessário o boletim de ocorrência para que ela seja indenizada. Então, a gente sofre com isso de ter que dizer “não” para o cidadão de bem.

Volto a dizer sobre a interlocução: quem falar em nome do governo tem que ter responsabilidade, tem que ter seriedade e tem que falar aquilo que o governador disser, e não mudar o entendimento no meio do caminho, porque, senão, serão mais 66 dias de greve lamentavelmente. Obrigado.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PPS. Sem revisão do orador.) – Deputado, V.Exa. sabe da nossa luta anterior. Quero me ombrear com V.Exa. Tenho visto a dificuldade por que a Polícia Civil tem passado. Várias vezes eu digo aqui que nós ouvimos — não só eu, mas vários Deputados — o governador expressar que ele tem todo o interesse de resolver a questão da greve da Polícia Civil, e essa resolução passa pelo reajuste da Polícia Federal. Várias vezes ele externou isso.

Nós mesmos estivemos com o nosso querido e saudoso Duvanier, e foi colocado isso na mesa de negociação para todos nós: que as coisas caminhariam *pari passu*. Então, eu acho que a greve precisa acabar: é bom para a categoria que acabe, é bom principalmente para a sociedade, é bom para o governo, e isso tem que ser de uma maneira muito coerente com o discurso que o governador tem feito e que eu tenho certeza de que sustentará nos últimos tempos.

Porém, realmente isso me causa estranheza porque, inclusive, eu estive com V.Exa. e tinha colocado essa posição de que a gente teria essa razão com o reajuste da Polícia Federal. Eu estou muito espantado. Na última assembleia, contava, sim, com o fim da greve.

Eu quero dizer que V.Exa. é um grande lutador da categoria. Eu sou da categoria também, V.Exa. foi meu presidente de sindicato; quando estava no sindicato, votei em V.Exa. Eu quero dizer que nós estamos juntos nessa luta e vamos construí-la. É necessário agora maturidade para se construir o fim dessa greve, naturalmente valorizando essa categoria que há muito deixou de ser a mais bem paga do País — V.Exa. sabe muito bem disso —, e é preciso que se diga isso para a imprensa, que insiste em colocar que são os policiais mais bem pagos do País. Digo, sem sombra de dúvida, que são os melhores do País, os mais bem qualificados, os mais exigidos, os que mais se entregam. Pode até ter outro policial civil do País que se entregue na mesma proporção; porém, mais, não.

Então quero dizer aqui que estou com V.Exa. e conte comigo sempre. Sou seu soldado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Queria, primeiro, ser solidário com V.Exa. no tocante à greve da Polícia Civil. Dizer que não só os profissionais da Polícia Civil, como também a sociedade, é prejudicada com essa greve de mais de sessenta dias. Nós sabemos dos danos e sabemos inclusive dos índices de violência que vêm aumentando no Distrito Federal. E olha que muitas ocorrências não têm sido registradas. Então é preciso que as autoridades, principalmente o Secretário de Segurança Pública, Sandro Avelar; o Secretário de Administração, Wilmar Lacerda, e os demais secretários que podem ajudar na solução desse problema, claro, sob o comando do Governador Agnelo, encontrem uma saída para essa situação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

É preciso que nós encontremos — eu defendi isso com o Governador, inclusive conversei com S.Exa. na semana passada, vários dias, quando nós tivemos vários cafés da manhã e almoços — uma solução para a Polícia Civil pôr um fim nessa greve, para que o movimento não saia derrotado, é claro. Não interessa ao governo derrotar ninguém, nenhum movimento sindical. V.Exa. é legítimo representante da Polícia Civil, dos policiais civis, da categoria que V.Exa. representa. V.Exa. chegou aqui, inclusive, com esse mérito, defendendo essa categoria, e vai continuar defendendo, é claro.

Hoje V.Exa. é Parlamentar e não só representa a categoria da Polícia Civil, mas toda a sociedade, V.Exa. tem representado muito bem, foi Secretário de Condomínios e voltou para a Câmara em função de defender sua categoria, mostrando o compromisso que tem. Eu espero que o governador consiga achar uma solução para os policiais civis, para os policiais militares e para os bombeiros.

Eu conversei com o Deputado Aylton Gomes durante todos os dias, hoje, inclusive, e está marcada a vinda do gestor do Fundo Constitucional para a discussão deste na Câmara Legislativa, com a participação das categorias da área de segurança pública. Eu espero que o debate seja aprofundado, discutido, e que seja, de forma respeitosa, encontrada uma solução para atender os pleitos desses segmentos profissionais que são importantes para a sociedade, e também para que a gente possa motivar e criar um incentivo a esses profissionais dos três segmentos que incorporam e fazem a segurança pública.

Para que a gente possa então, no final do ano agora, quando nós entramos em um período crítico de festas de final de ano, quando os *shoppings* estão lotados, as lojas estão lotadas, todos os trabalhadores saem para utilizar o 13º, as suas férias de final do ano — a Câmara tem a intenção inclusive de antecipar para os seus servidores —, encontrar uma solução para a segurança pública do Distrito Federal. Para que a gente possa passar para a sociedade, não só do DF, mas do Brasil inteiro, de todas as unidades da Federação, que nós estamos preparados para sediar a Copa das Confederações o ano que vem e também a Copa do Mundo em 2014.

Então, eu não tenho dúvida de que todos nós, irmanados nessa questão, conseguiremos, junto com os secretários do governo, encontrar uma solução para colocar fim a essa situação.

Eu acho que na sexta-feira o debate já vai ser aprofundado na assembleia da categoria aqui na Câmara Legislativa. A Câmara vai abrir suas portas para que façam o debate, para que façam a assembleia, como fez com os demais movimentos sociais sindicais. A Câmara é a Casa do Povo e cada um pode vir aqui se manifestar. Nós respeitamos todos os movimentos sociais sindicais, e a Presidência da Casa vai estar aberta, debatendo e discutindo para que possamos encontrar uma solução para todos os segmentos, inclusive para que a proposta seja enviada — já deixando para V.Exa. — para atender as três categorias, para que todos possam receber o mesmo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

percentual, a exemplo de como foi feito no Governo Federal, pela Presidente Dilma, para o segmento da Polícia Federal e para as demais categorias que tiveram um aumento parcelado até o ano de 2015, passando das eleições de 2014.

Isso mostra um amadurecimento do Governo Federal, que pode ser aprimorado e também concebido aqui pelo Governo do Distrito Federal. O debate de quinta-feira, às 8 horas da manhã, é fundamental para que possa ser encontrada uma solução. Então, solidarizo-me a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Sem revisão da oradora.) – Deputado Wellington Luiz, eu também gostaria de hipotecar o meu apoio a sua causa, a causa dos policiais civis, e estendê-la para os policiais militares e para os bombeiros que têm a mesma reivindicação, a mesma luta, mas estão impossibilitados pela legislação de fazerem movimentos grevistas.

Quero dizer que a Polícia Civil está no coração de todo brasileiro, pela sua qualidade, pela sua *expertise* na solução dos casos, na satisfação dos problemas da sociedade. A gente lamenta profundamente que a greve tenha se estendido tanto e que ainda não tenhamos nenhuma perspectiva de um acordo razoável com a categoria. Mas como disse o Presidente desta Casa, o Deputado Patrício, a gente espera que até o final do ano possa surgir uma luz no final do túnel, porque são categorias de trabalhadores, são categorias que vivem no limite do *stress* pela função que executam. E, portanto, temos que ter o maior carinho, a maior atenção.

Devemos nos debruçar realmente, para que aqueles que têm *expertise* em orçamento vejam o que pode ser considerado. Quem tem *expertise* em leis, como o Deputado Chico Leite, veja como pode contribuir, quem tem *expertise* em movimentos sociais, como o Deputado Chico Vigilante. Eu tenho certeza de que cabeças do governo, do Poder Executivo e aqui da Câmara Legislativa, se nós nos debruçarmos realmente sobre o problema, nós vamos encontrar uma saída no final do túnel, porque não podemos deixar os nossos policiais, que nós reconhecemos como os nossos heróis de todo dia e que nós sabemos que vivem as dificuldades de enfrentar bandidos, em que eles não são elementos surpresa, o bandido é o elemento surpresa.

Eles já enfrentam uma dificuldade muito grande com armas muito menos sofisticadas, que pelo menos cada um de vocês saiba que estamos tendo o carinho, o cuidado de buscar uma solução para essa categoria. Eu também gostaria de registrar que temos que estender essa solução para os nossos policiais militares e para os nossos bombeiros.

Muito obrigada.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Agradeço o aparte da Deputada Eliana Pedrosa.

Encerro agradecendo o apoio de todos os Parlamentares. Deputado Cláudio Abrantes, eu gostaria de testemunhar o seu trabalho junto à instituição. Nós sabemos o tanto que V.Exa. tem buscado junto ao próprio Governador uma solução. V.Exa. é um interlocutor em quem acreditamos, da mesma forma que acreditamos no nosso Secretário de Segurança, Sandro Avelar. Então, é importante que essa interlocução seja perfeita, que ela não falhe.

E quando nos referimos ao reajuste, obviamente que fazemos referência também aos policiais militares e aos bombeiros. Para mim, eu não admito: não seria justo que a Polícia Civil recebesse esse aumento, a PM e o Corpo de Bombeiros, não. São categorias que enfrentam a criminalidade e têm como instrumento de trabalho a própria vida. Obviamente que hoje esta luta é para que todas as categorias sejam contempladas. E vamos lutar até o fim. Se uma das categorias receber aumento e as outras não, eu vou continuar na luta. Podem ter certeza.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Muito bem, Deputado Wellington Luiz. Obrigado pela coerência, sabedoria e palavras de V.Exa.

Está encerrado o período destinado aos Comunicados de Líderes.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um breve comunicado, pelo que o Deputado Chico Vigilante falou aqui na minha ausência. Eu tive que arrumar até uma vestimenta apropriada emprestada, porque eu estava no meu gabinete atendendo.

É sobre a Lei nº 4.636, de 23 de agosto de 2011, que institui mecanismos de controle do patrimônio público do Distrito Federal, dispendo sobre provisões de encargos trabalhistas a serem pagos a empresas contratadas para prestar serviços de forma contínua no âmbito dos poderes públicos do Distrito Federal, porque eu não tive a oportunidade de estar presente nesta Casa no mandato titular para discutir.

Hoje, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, fiz uma indicação sugerindo ao Governador do Distrito Federal, por intermédio da Seplan, para que não se regulamente essa lei, por uma questão de cautela, por ter, sim, uma ADI no Supremo Tribunal Federal da Fecomércio. Por haver, não a lei em sua totalidade, mas equívocos na lei.

Sou favorável, sim. Venho do segmento empresarial sério. Não só o Sr. Eunício, Senador, que não tira votos do senhor, por ser do Estado do Ceará. Por isso



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

o senhor fala no Sr. Eunício Lopes de Oliveira e não fala de outros Parlamentares que geram empregos nesta cidade, Sr. Chico Vigilante. Então, o senhor, antes de falar alguma coisa, deve ver que a Ministra Rosa Weber aceitou a ADI e ainda a colocou no rito especial para que isso pudesse ser visto. Porque existem equívocos.

O senhor que fez a lei no Governo Federal, por portaria, eu sou favorável, sim, a essa conta vinculada, porque como o senhor gosta de dizer que existem empresas picaretas, em uma concorrência sadia, se a picareta sai, os empresários sérios ficam. Então, o que acontece? Por que o senhor colocou artigos, igual ao art. 12, que tem que ter mediante declaração de sindicato laboral?

Há artigos aqui que deixam as empresas na mão de sindicatos laborais, de que V.Exa. faz parte. Então, isso aqui é ilegal. Em que conta as empresas vão ter que depositar o dinheiro, os sindicatos laborais vão ter que opinar. Isso é ilegal! É ilegal, sim! É por isso que eu estou pedindo, sugerindo isso ao Governador, mas o Governador faz o que ele quiser. Também não quer dizer que, se o Governador sancionou, a lei é legal. Muitas leis que o Sr. Governador sancionou são ilegais, e quem vai decidir isso é a Justiça.

Por isso, eu peguei um terno, coloquei uma gravata ridícula para descer aqui, para, com hombridade, me defender, porque aqui é uma Casa democrática. Às vezes, o senhor se comporta como um déspota aqui dentro, mas o senhor é igual a mim. Vota igual a mim e é igualzinho. O senhor não é um Kadafi, não. O que aconteceu com o Kadafi o senhor já viu o que foi. Então, o senhor me respeite. Sou favorável aos trabalhadores, sempre vou ser. Sou sério.

E uma boa tarde para o senhor.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu não entendi, sinceramente, o nervosismo, porque nós falamos aqui e fui aparteado pela Deputada Eliana Pedrosa, que vem desse setor empresarial. O que nós estamos defendendo? A legalidade. Nós estamos defendendo a moralidade. Nós estamos dizendo que nenhuma empresa poderá continuar disputando licitações no Distrito Federal da maneira que as estão disputando.

Qual é a participação de sindicatos laborais nisso, tanto de vigilantes, como de porteiros, do pessoal da limpeza etc.? Cabe ao sindicato, Deputado Patrício — e é isso que está na lei —, atestar se aqueles trabalhadores receberam os seus valores, os seus direitos, para que seja liberado na conta. Se não tiver sido atestado que os trabalhadores receberam o dinheiro, pegam-se, Deputado Paulo Roriz, os valores, quita-se o débito com os trabalhadores, com acompanhamento do Ministério Público, e, se sobrar algum recurso, este vai para a empresa, para não acontecer o que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

acontece hoje, terminando com o Erário pagando duas vezes — e paga pela prestação mal feita do serviço, Deputado Patrício.

Inclusive na Câmara dos Deputados está acontecendo isso. Mais de três empresas já quebraram lá na Câmara dos Deputados. Já aconteceu em tribunais, já aconteceu no Ministério Público. Nós entramos na Justiça e o Ministério Público Federal foi obrigado a pagar aos trabalhadores.

Portanto, é uma lei da moralidade, para resguardar o direito dos trabalhadores e o Erário. É isso que está na lei. Ao pedir para o Governador não sancionar — já sancionou —, que não seja regulamentada, nós estamos querendo que a picaretagem continue campeando no Distrito Federal. E não vai continuar. Não vai continuar. Portanto, é isso o que estamos dizendo.

Quando eu citei aqui o Senador Eunício Oliveira, é porque ele é do meio empresarial, a empresa dele é uma das mais antigas do Distrito Federal e nunca deu calote nos trabalhadores. Portanto, eu a peguei como exemplo, Deputada Eliana Pedrosa, que, como a empresa do pai de V.Exa. — de saudosa memória, era um empresário decente o Sr. Pedrosa —, nunca deu calote em trabalhadores.

Mas a Selen deu um calote monumental no País inteiro. São 23 mil vigilantes que foram lesados. No caso da SEG, foram 22 mil vigilantes. V.Exa. se lembra da Planalto Segurança, que prestava serviço à Fundação Educacional? Ainda hoje, Deputado Paulo Roriz, há trabalhador que não recebeu.

Portanto, nós estamos querendo, Deputado Patrício, preservar os direitos dos trabalhadores. Eu não entendi o nervosismo do jovem Deputado. Sabe, isso aqui não é uma rinha, aqui não há galo de briga. Ninguém vai se calar aqui sob rompantes.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Para facilitarmos os trabalhos, qual Parlamentar quer fazer uso da palavra?

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Charles.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, imprensa, pessoal que está aí na galeria, Helvécio, Presidente do Clube da Saúde, eu quero parabenizar muito a Líder do Governo, Deputada Arlete Sampaio. Nós levantamos um problema anteontem, e S.Exa. já tomou providência, já resolveu e deu uma resposta altamente satisfatória. É isto o que eu entendo que devemos fazer: que levantemos os problemas da sociedade e que possamos resolvê-los. Parabéns! Eu quero agradecer a S.Exa. pelo trabalho que tem feito aqui com todos nós.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

Dentre essas questões, eu posso citar a questão que levei do nosso gabinete – S.Exa. também teve problemas quando estava na Sedest –, do IPTU para o pessoal de baixa renda. Como uma pessoa que ganha menos de um salário mínimo tem condição de pagar o IPTU adequadamente? Não tem como. Ela tem sofrido, não tem pago, tem atrasado.

Então, fomos falar com o Secretário, um *gentleman*. S.Exa. realmente nos recebeu com o maior carinho, com o maior respeito e disse que também tinha essa preocupação e já ia acionar a Sedest para que visse esses cadastros e desse uma solução a essa questão. Eu e a Deputada Arlete Sampaio lembramos ainda aquelas pessoas que não pagam IPTU, já acumulado de muitos anos, porque não conseguem.

Todos perdem: perde o Estado, perde aquela pessoa, e realmente não é bom para ninguém. Então, que o governo possa fazer uma ação que seja boa para o governo, porque vai receber, e boa para aqueles que devem: pegar e parcelar para aqueles que estão devendo; diminuir um pouquinho o que devem, para poder receber. Isso é lícito, isso é uma coisa normal, para que as pessoas tenham condições de pagar.

O Secretário ficou de resolver essa questão, levantando o que pode ser feito, e de nos dar uma resposta *a posteriori*. Isso nos alegra muito. As pessoas que nos procuraram ficam alegres conosco e com o governo, que está tomando a posição de resolver o problema da sociedade, que é muito importante.

Há a questão também do IPVA. Ora, multa-se muito, as pessoas têm pagado muita multa, temos pardais em todos os lugares. Então, há uma arrecadação com as multas. Precisamos valorizar aquelas pessoas que não são multadas, aqueles bons motoristas. Que, para aquela pessoa que não teve nenhuma multa no exercício anterior, baixe-se o próximo IPVA que ela for pagar, para ela fazê-lo com desconto.

São coisas que ficaram de ser vistas. Há grandes possibilidades. Eu acho que quem ganha com isso é a sociedade do Distrito Federal e o governo, que vai passar a arrecadar mais e também vai beneficiar os bons condutores. É uma questão educativa. Nós precisamos tirar um pouquinho daquelas multas e passar para aqueles que nunca são multados. Isso é questão de respeito, é questão de cidadania.

Quero parabenizar o Secretário Adonias. Que nós tenhamos sucesso. Quem ganha com isso é a sociedade do Distrito Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Dr. Charles.

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Parlamentares, eu acho que é muito importante falarmos aqui nesta tribuna, até porque não foi falado ainda, juntamente com todos os Parlamentares, sobre o planejamento do nosso Orçamento de 2013.

Aqui eu quero fazer uma ressalva, até porque o Deputado Cláudio Abrantes e a Deputada Eliana Pedrosa estiveram presentes aqui conosco no dia da audiência pública. Vários Parlamentares não estão acompanhando isso de perto, e é muito importante acompanharmos essas possíveis mudanças que o Governo do Distrito Federal quer fazer no Orçamento de 2013. Por quê?

O art. 8º, da forma que está, Deputada Liliane Roriz, Deputado Wellington Luiz, realmente vai tirar prerrogativas parlamentares que são delegadas à Câmara Legislativa através da Lei Orgânica. O que o Governo do Distrito Federal propõe, Deputado Paulo Roriz? Que 41% desse Orçamento sejam remanejados livremente, que é o dos servidores; e que todas as despesas continuadas também sejam remanejadas livremente.

O que eu entendo como despesas continuadas? Todo pagamento de água, de luz, de contrato de vigilância, de manutenção, isso tudo é despesa continuada. Além disso, todos os projetos estruturantes. O que significa isso, Deputado Paulo Roriz? Três bilhões de reais no Orçamento, que, para investimento, ficaram três bilhões e quinhentos milhões. Ou seja, nós estamos delegando ao Governo do Distrito Federal a livre movimentação quase do Orçamento inteiro.

Eu chamo todos vocês aqui a uma reflexão nesta tarde: se o Governo do Distrito Federal não consegue ainda gastar o mínimo com a educação, nós podemos dar uma prerrogativa, uma promissória na mão dele, assinada por esta Casa, por este Poder Legislativo, diminuindo, sim, a nossa competência legislativa? Eu acho que a nossa principal prerrogativa é fiscalizar, sim. Esta Casa nunca deixou de votar nenhum crédito. Eu quero desafiar vocês aqui a dizer em que dia um servidor público ficou sem receber porque esta Casa não votou.

É muito grave! É um debate importante, que não passa pela Oposição, não. Passa pelos 24 Parlamentares! Se abrimos mão das nossas prerrogativas, daqui a alguns dias, vocês sabem o que nós ficaremos fazendo aqui? Aprovando título de cidadão honorário.

Talvez o poder mais importante seja o nosso de fiscalizar. Nós vemos Deputados atuantes aqui que nem sabíamos que tinham uma ou duas leis aprovadas. São Deputados atuantes porque fazem fiscalização. Então, eu chamo todos vocês aqui para esse debate importante.

Nós tivemos, em alguns momentos, o fundo, que era de 25 e passou para 20, sim, mas nós tivemos uma mudança também, Deputado Wellington: antigamente os Parlamentares podiam tirar dinheiro de qualquer lugar; hoje, nós só podemos retirar da reserva de contingência.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

Então, é algo que chama à reflexão. Eu quero deixar esta reflexão para que todos os Parlamentares a façam: será que realmente é isso que nós vamos fazer? Será que esta Câmara Legislativa realmente vai ficar de joelhos? Porque é isso que eu vejo. Então, eu quero chamar V.Exas. para essa reflexão.

Outro assunto de que eu quero tratar, Deputada Liliane Roriz, é a questão da transferência de veículos, de carros de outros estados. Hoje nós recebemos o Cléber, que é Presidente da Associação Comercial, junto com o Paulo, que é o Presidente da Agenciauto. Ano passado, Deputada Liliane Roriz, eu recebi o Presidente do Sindicato dos Despachantes, que nos pediu que, naquele momento, fizéssemos uma lei não para tirar uma prerrogativa da Polícia Civil, mas para ampliar para que o Detran também pudesse fazer.

Aqui eu quero chamar a uma reflexão, porque nós temos, inclusive, Deputado Wellington Luiz, uma lei federal, a Lei nº 9.503, que institui o Código de Trânsito e diz, em seu art. 22, inciso III, que ficam como prerrogativa: vistoriar, inspecionar quanto às condições de segurança veicular, registrar, emplacar e selar. Então, quando só a Polícia Civil faz esse procedimento, nós estamos descumprindo uma lei federal.

A Deputada Arlete Sampaio participou conosco da reunião. Entendemos que o próprio governo pode tomar a posição de resolver isso. Nós temos sete mil carros parados hoje, Deputado Wellington Luiz, vendas sendo paradas na Cidade do Automóvel, e lá há pessoas que sobrevivem disso. Então, eu acho que é muito importante. Nós vamos perder uma receita de quase quatro milhões de reais, o Governo do Distrito Federal, pela falta desse recurso. É muito importante que isso seja ampliado. É o único estado da federação em que só a Polícia Civil faz esse trabalho. Desde o regime militar, é a Polícia Civil, e continua sendo a Polícia Civil.

Eu acho que a cidade cresceu. Nós precisamos repensar isso de uma forma mais ampla, com certeza, para tentarmos atender. Eu sei que V.Exa. é da categoria. Fica aqui o nosso pedido, porque é muito importante que isso seja ampliando também.

Sr. Presidente, eu queria deixar um apelo à Deputada Arlete Sampaio, que também participou. Se o Governo do Distrito Federal nos encaminhar isso, será até mais rápido. Entendemos que ele pode fazer isso e nós deixamos o apelo para isso.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PPL. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

Muito rapidamente, quero louvar e saudar a Deputada Celina Leão. Acho que é uma proposta interessante, e temos que discuti-la. Manifesto preocupação, porque uma vistoria feita em um veículo vai muito além de apenas averiguar se o carro é produto de furto ou não. Ali há um trabalho de inteligência. Por isso que é feito por policiais e por isso que, aqui no Distrito Federal, dificilmente se consegue dizer se o carro foi furtado ou roubado em outro estado. Então, ali começa um trabalho de investigação. Localizam-se quadrilhas do mundo inteiro por conta desse trabalho de inteligência.

Acho que temos de discutir isso, sim, mas com cuidado, porque o poder de polícia é manifestado apenas pelas instituições de segurança pública. No caso, o Detran é um órgão de segurança pública, mas não tem esse poder de polícia. A investigação é restrita à Polícia Civil. Como eu disse, isso vai muito além da vistoria. É, de fato, um trabalho de inteligência, de competência exclusiva da Polícia Civil. Esse cuidado, temos que ter. Por isso que a Polícia Civil do DF tem conseguido combater muitas quadrilhas e tem evitado a sua entrada no Distrito Federal, para cometer crimes.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a V.Exa. que inscrevesse, como extrapauta, na sessão de hoje, os projetos de interesse do Poder Executivo que foram alvo de debate na reunião do Colégio de Líderes.

Ficou acordado que votaríamos os seguintes projetos hoje: Projeto de Lei nº 1.203, de 2012, sobre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual, de 60 milhões de reais; Projeto de Lei nº 1.181, de 2012, discussão e votação em regime de urgência; Projeto de Lei nº 1.204, de 2012, discussão e votação em 1º turno, em regime de urgência; Projeto de Lei nº 1.089, de 2012, discussão e votação; Projeto de Lei nº 1.093, de 2012; Projeto de Lei nº 904, de 2012; Projeto de Lei nº 1.207, de 2012; Projeto de Lei nº 932, de 2012, e Projeto de Lei nº 1.090, de 2012.

Peço a V.Exa. que considere a solicitação e coloque como extrapauta os projetos mencionados acima.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Ok. Acato a solicitação de V.Exa. Só para tentarmos concluir aqui, esclareço que fizemos uma reunião de Líderes em que foi definida uma pauta que segue uma lógica, uma ordem. A leitura de V.Exa. não foi na ordem cronológica, portanto alguns Deputados podem não ter acompanhado o que foi repassado na reunião de Líderes.

Vou ler conforme acordado na reunião de Líderes: Projeto de Lei nº 1.181, de 2012; Projeto de Lei nº 1.203, de 2012; Projeto de Lei nº 1.204, de 2012; Projeto de Lei nº 1.207, de 2012; Projeto de Lei nº 1.090, de 2012; Projeto de Lei nº 904,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

de 2012; Projeto de Lei nº 932, de 2012; Projeto de Lei nº 1.089, de 2012, e Projeto de Lei nº 1.093, de 2012. O Projeto de Lei nº 903 tramita conjuntamente com os Projetos de Lei nºs 932 e 1.007.

Quanto aos Projetos de Lei Complementar nºs 42, de 2012, e 47, de 2012, e ao Projeto de Lei nº 1.164, de 2012, a votação ficou acordada, na reunião do Colégio de Líderes, para a semana que vem, na terça ou na quarta-feira, independentemente da discussão de terça-feira, até porque já tramitam há muito tempo na Casa. Esse foi o acordo feito no Colégio de Líderes.

Portanto, acato a solicitação da Deputada Arlete Sampaio.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer dois rápidos registros. No dia de ontem, tivemos a oportunidade de visitar uma recente obra implantada pelo Governador Agnelo Queiroz, por meio de uma emenda de nossa autoria, a da Laje da Jibóia, uma comunidade rural na circunscrição da Região Administrativa de Samambaia. É uma obra que dá acessibilidade e segurança àquela comunidade.

Também quero cumprimentar o administrador da cidade do Recanto das Emas. Ontem, em uma reunião bastante concorrida, discutiu-se o processo da regularização desse setor, Setor Habitacional Águas Quentes. É uma cidade, hoje, de aproximadamente dezoito mil habitantes, extremamente concorrida, com uma população muito pobre. O governo está priorizando algumas medidas para torná-la mais segura, com mais políticas públicas, além daquilo que é o grande objetivo daquela população: ver os seus imóveis regularizados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicitei o uso da palavra para dizer o seguinte: tomei conhecimento de um assunto, por meio de alguns *blogs* da cidade, do jornalista Edson Sombra, do jornalista Callado, do jornalista Carlos Honorato e, parece-me que também no *Blog* do Cafezinho. Segundo esses *blogs*, dois advogados desta Casa, ou seja, contratados por esta Casa, estariam advogando para tirar o mandato do Deputado Paulo Roriz. O Deputado Paulo Roriz não é do meu partido, mas S.Exa. é um Deputado com todos os direitos aqui.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

Sugiro a V.Exa. que determine a abertura de uma sindicância para saber se essa notícia é procedente, se, efetivamente, há advogados pagos pela Casa advogando contra Deputado, porque, se houver, isso é muito grave. A partir do momento em que a Câmara paga alguém para advogar contra o próprio Deputado, caracteriza-se uma situação que chamamos, lá no Maranhão, de vaca não conhecer bezerro.

Faço esse questionamento a V.Exa., Sr. Presidente. O Deputado Wasny de Roure está me fazendo uma pergunta aqui. Deputado Wasny de Roure, lá no Maranhão, quando a coisa está muito feia, a gente diz que está em uma situação de vaca não conhecer bezerro.

Faço essa reivindicação, Sr. Presidente, para que seja aberta uma sindicância, porque quero saber se isso procede. Se procede, está errado advogados pagos por esta Casa advogarem contra Deputado que está no pleno exercício das suas funções.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO DR. MICHEL – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. MICHEL (PEN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero aqui coadunar com o Deputado Chico Vigilante. Eu queria que V.Exa., como um grande Presidente nesta Casa, olhasse essa situação. Temos até que fazer uma consulta à OAB, para ver isso.

Eu gostaria também que V.Exa. verificasse se são funcionários desta Casa, caso isso esteja ocorrendo. Daqui a pouco, vai ser o cachorro mijando no poste e o poste mijando no cachorro. E esse negócio não dá certo, não. Não dá certo o nosso nobre Deputado Paulo Roriz ter funcionários desta Casa entrando com ação contra ele. Aonde vai parar isso? É constrangedora, para qualquer Deputado, uma situação como essa.

Se o funcionário quer advogar, acho que ele até pode. E o mais grave, Deputado Chico Vigilante: parece-me que o funcionário é do gabinete do próprio Deputado Paulo Roriz, o que é mais grave ainda. Acho que aí, a situação toma proporções; acho que aí, a ética, a coisa toma dimensões. Já somos considerados Genis. Aí fora, estamos sendo achincalhados. Os meus amigos policiais, os meus amigos advogados, estão todos rindo da nossa cara, dizendo que os nossos próprios funcionários estão entrando com ações contra nós. Se os funcionários fazem isso contra nós, o que os outros, na rua, não falarão e não farão contra nós?

Então, V.Exa., como um grande Presidente que temos nesta Casa – tenho orgulho de ser Vice-Presidente na sua gestão –, deveria olhar com carinho essa situação e, em havendo condições, abrir um procedimento para apurar essa situação. Agradeço a V.Exa. a benevolência de me conceder a palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Sem revisão da oradora.) – Eu quero, talvez pela primeira vez, concordar com o Deputado Chico Vigilante e com a fala dele, até porque a gente sabe o tanto que nós... (Risos.)

Então, eu quero concordar com a fala do Deputado Chico Vigilante. Eu acho que a lembrança dele foi muito importante ser feita aqui no plenário, porque se a gente não tiver uma organização aqui, e não pode ser tudo pelo poder, Chico. V.Exa. tem razão. Eu acho que você tem que buscar o crescimento sem prejudicar o crescimento do seu colega, e há espaço para quem quer trabalhar de verdade, quem quer fazer um trabalho sério. A política tem espaço para isso, mas fazer política no tapetão é algo realmente de enojar a gente como Parlamentar.

Então, como Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, quero me posicionar aqui, porque eu acho que se realmente está acontecendo isso nesta Casa, a gente pede que as providências sejam tomadas e o que couber, o que a gente possa fazer também. Porque eu acho que é muito feio para nós, que representamos a população do Distrito Federal.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputada Celina Leão.

DEPUTADO PAULO RORIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO RORIZ (Sem partido. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu inicialmente quero dizer que prometi a mim mesmo que não iria tocar nesse assunto.

Primeiro, eu quero dizer aos companheiros, aos nossos pares o seguinte: eu já sabia desse requerimento assinado a pedido do nobre Hamilton, que é o “Tatu do Bem”, desde setembro, porque ele iria fazer essa representação no Tribunal Regional Eleitoral contra o nosso mandato.

Eu tenho me pautado, Sr. Presidente, de alguns debates aqui nesta Casa, por entender a minha situação. Eu sou suplente de um Deputado titular e entendo muito bem como funciona isso. Não quero acreditar que o Deputado titular deste mandato tenha culpa ou tenha feito alguma coisa nesse sentido. Não acredito nisso. Sem maldade nenhuma. Não quero acusá-lo de tentar alguma trama contra a minha pessoa, até porque eu tenho tido um relacionamento com ele no mais alto nível, pois na legislatura passada ele foi meu suplente. Eu nunca fiz nada que o desabonasse.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

Eu trabalhei com o Deputado Raad Massouh no mandato passado e sempre tivemos uma boa conversa. E me pegou de surpresa esse assunto. Realmente, os dois advogados, um trabalha no meu gabinete e o outro trabalha na Primeira Secretaria, mas eu não vou me aprofundar nesse assunto. É uma decisão que cabe à Casa e que cabe à Mesa quais serão as decisões que serão tomadas em relação a esses dois servidores. Eu não quero me prolongar nesse assunto.

Eu prometi a mim mesmo que não vou mais tocar nesse assunto. Primeiro, porque o mandato não é meu, o mandato é do Deputado Raad Massouh. Se ele quiser pegar o mandato, que ele venha para cá. O mandato é dele. Eu estou aqui provisoriamente. E com muita humildade, eu quero dizer a ele que ele pode vir. É só me avisar um dia antes, eu recolho o meu material e devolvo o gabinete que é dele. O povo o elegeu para ser Deputado. Eu estou aqui como suplente, e com muita humildade. Eu tento representar da melhor forma possível.

É por isso que eu tenho evitado os embates aqui. Sei como se deve comportar um suplente. Eu tenho me comportado, eu acho, da melhor forma possível aqui nesta Casa. Agora, se ele quiser trabalhar contra a minha pessoa, que chegue e fale. O mandato é dele, ele pode vir e pegar de volta, porque para mim não tem problema nenhum. Estou aqui para colaborar e quero colocar uma pedra em relação a esse assunto. O Sr. Presidente e os senhores demais membros da Mesa é que vão tomar a medida necessária.

Muito obrigado.

DEPUTADO DR. CHARLES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria aqui ser solidário ao Deputado Paulo Roriz. Ele não quer falar sobre o assunto, eu acho que é muito digno até. Mas eu também sou suplente. Nós termos dentro do gabinete alguém que trabalha, eu não quero nem acreditar. Eu estou falando isso, mas não quero acreditar que a pessoa possa tomar um rumo dessa maneira. Porque é muito antiético. Por isso, eu acho que o titular não vai fazer uma coisa dessas.

Mas eu sou solidário, Deputado Paulo Roriz, nós estamos aqui juntos. Eu acho que deveria pelo menos saber, porque está no gabinete dele. E a gente conviver com cobras é muito complicado. Nós precisamos dar uma olhada com carinho, mas também não acredito que uma pessoa possa fazer isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS (PP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós queremos comunicar que quando administramos a cidade de Taguatinga, existe lá uma parte da EIT em que foi feito um convênio, anteriormente já existia esse convênio, onde encontra-se a Biblioteca Pública Machado de Assis, a Biblioteca Braile e também o Teatro da Praça. Nós fizemos uma reforma muito profunda naquele espaço. Reformamos o Teatro da Praça, a Biblioteca Pública Machado de Assis, a Biblioteca Braile e também colocamos numa sala a Academia Taguatinguense de Letras. Lá ficou o espaço cultural de Taguatinga.

Ocorre que há um movimento da Secretaria de Educação para retirar esse espaço cultural lá, conforme funciona hoje o convênio entre a Secretaria de Cultura, a Secretaria de Educação e a Administração Regional. Enfim, eles fizeram um abaixo-assinado com umas quinze ou vinte assinaturas de assessores da Secretaria de Educação, pedindo a retirada da Academia Taguatinguense de Letras. A Academia Taguatinguense de Letras já existe há mais de 25 anos. Ela representa sem dúvida nenhuma a cultura da nossa cidade, dos nossos intelectuais, escritores, poetas, pessoas em sua maioria idosas, já aposentadas, a maioria oriunda do próprio serviço público.

Eles encaminharam um manifesto não assinado apenas por uma meia dúzia de assessores da Secretaria de Educação, mas com dezenoves laudas assinadas, o que dá talvez mais de quatrocentas assinaturas, pedindo a permanência da Academia Taguatinguense de Letras onde ela se encontra. É o mínimo que o governo pode fazer.

Então, encaminhamos uma justificativa, uma indicação, pedindo a permanência daquele espaço. Que a Academia Taguatinguense de Letras, a Biblioteca Pública, o Teatro da Praça e a Biblioteca Braile fiquem conforme têm funcionado. Há um convênio entre a Secretaria de Educação, a Secretaria de Cultura e a Administração Regional. Está dando certo, vem funcionando perfeitamente.

A administração coloca servidores lá à disposição dessas organizações, com exceção da Academia Taguatinguense de Letras, e vem tendo resultados satisfatórios que trazem grande tranquilidade para essa parte. Eu não sei o porquê. Já falamos que ali na EIT há espaço vago, não construído. Se a Secretaria de Educação necessitar de mais espaço, ela pode construir ali. Tem espaço, não precisa desalojar.

E lá está a Aste, que é uma associação que presta serviços aos servidores da educação, e cobram uma taxa. Ela já tem a sede própria na Praça do DI. Quando administramos, demos prazo para eles concluírem a sua sede e eles não querem desocupar essa parte. Então, que tirem a Aste de lá e mantenham a Academia Taguatinguense de Letras.

Fica o meu apelo aqui, esclarecendo que temos de zelar muito por essa parte da cultura. Não é só no nome da Secretaria de Cultura ou só no Plano Piloto que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

existe cultura; nas cidades-satélites existe cultura também. Existem escritores, pessoas qualificadas que têm prestado esse serviço nessa parte à nossa cidade. Será uma desonra para os nossos imortais da Academia Taguatinguense de Letras desalojá-los daquele pequeno espaço. Simplesmente em troca de quê? Para colocar lá o comando de reparo da Secretaria de Educação? Onde guardavam ferramentas e os operários ficavam ali alojados? É um apelo que faço.

Penso que o Governador Agnelo, o Secretário de Educação e o Secretário de Cultura devem rever essa situação e não se deixarem levar por um grupo de assessores da Secretaria de Educação, talvez dez, doze pessoas que assinaram o pedido para a retirada. Temos aqui um manifesto com cerca de trezentas, quatrocentas assinaturas pedindo a permanência da Academia Taguatinguense de Letras onde ela se encontra.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DEPUTADO DR. CHARLES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é muito simples e muita rápida a minha intervenção. Quero solidarizar-me com esse nobre Deputado de Taguatinga, Vice-Governador, que já olhou muito por aquela cidade. Levar cultura para a cidade-satélite já é muito difícil, e com essas pessoas colocando mais dificuldade ainda, vamos ficar realmente sem poder fazer o que interessa a uma população. Penso que ela não tem que sair de lá, pois há espaço absoluto. A Academia Taguatinguense de Letras é realmente algo extraordinário que Taguatinga tem e precisamos olhar para ela com carinho.

Solicito ao Secretário de Educação e ao Governador que a Academia fique lá, onde sempre deveria estar.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Dr. Charles.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA (PEN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero apenas colocar o nosso bloco à inteira disposição do Deputado Paulo Roriz. Quero dizer que esse tipo de atuação não faz parte do que a gente espera do comportamento de um Parlamentar, que esta Casa não pode aceitar esse tipo de ação. O Deputado Paulo Roriz conta com o nosso apoio. O nosso bloco pede que, se há alguma coisa que a Mesa pode fazer com relação a isso, seja feito para evitar que isso aconteça de novo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Muito obrigado, Deputado Prof. Israel Batista.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quando V.Exa. perguntou aos Parlamentares se havia Comunicados de Líderes, apenas um Deputado se inscreveu. O que ocorre é que de repente estamos estendendo demais a parte de falas. Quero fazer um apelo aos nossos nobres Pares. Como precisamos votar vários projetos, que possamos conter o nosso ímpeto de falar para começarmos a votação. As pessoas lá em cima estão esperando a votação do PL dos clubes. Precisamos começar a votar imediatamente, porque senão não daremos conta da agenda de hoje.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o rito da Câmara é a fala dos Líderes, depois a fala dos Parlamentares, e está acontecendo tudo dentro do programado. Penso que todos estão aqui para fazer o seu dever de casa e votar depois os projetos. Eu também tenho a fala de Parlamentar, da qual não vou abrir mão.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero fazer uma referência. Hoje, provavelmente agora, às 17h, toma posse a Procuradora de Justiça, Dra. Eunice Carvalhido. S.Exa. foi reconduzida pela Presidenta Dilma Rousseff, depois de ser a primeira colocada numa lista, com eleição direta por Promotores e Procuradores de Justiça, à Procuradora-Geral de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal.

Quero congratular-me com S.Exa., a Dra. Eunice. Deixar aqui o registro de que ela tem a oportunidade, por uma segunda vez, de conduzir com toda a legitimidade, com todo o fundamento que tem na sua história profissional, a instituição que neste Brasil tem defendido aqueles que não têm defesa, aqueles que não estão organizados em associações ou sindicatos, aqueles cujos interesses e direitos são os transindividuais, os difusos. O Ministério Público tem assumido essa bandeira e tem sido a última porta em que se bate quando se necessita de justiça.

Por isso, Sr. Presidente, quero deixar essa referência. Nós estamos aqui trabalhando e não pudemos comparecer à posse da Dra. Eunice, conterrânea do Deputado Paulo Roriz, de Goiás. Quero deixar o registro da posse e o regozijo de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

toda esta Casa para que S.Exa. faça uma profícua gestão, tão boa quanto fora a primeira.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, somente parabênzo também a Dra. Eunice, até porque reconhecemos o importante trabalho que o Ministério Público tem feito nesses últimos anos. Eu fui testemunha disso, várias representações nossas se tornaram ações. Realmente, quero parabenizar a Dra. Eunice.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Eu gostaria de responder à questão que os Deputados fizeram no tocante ao Deputado Paulo Roriz. Respondo a todos, não vou nominar cada um que fez a questão.

Quando houve o ocorrido, o Deputado Paulo Roriz fez contato no meu gabinete, inclusive conversamos lá de maneira reservada. Nós levantamos os nomes dos servidores e esta Casa, como tem agido desde o início da gestão, tomou as medidas cabíveis. Evitei trazer ao Plenário, porque acho que este assunto não compete ao Plenário. A Câmara Legislativa tem agido com muita tranquilidade e transparência, como também abriu procedimento contra vários servidores em outros momentos. Alguns foram arquivados por não se conseguir comprovação de nada, e outros acabaram com punição para alguns servidores, tentando aplicar naquilo que é possível a justiça, por mais que alguns achem que não foi aplicada.

Este caso não é diferente, Deputado Paulo Roriz. V.Exa. disse, nós já tomamos providência e o caso está sendo encaminhado sem precisar alardear nem passar para a imprensa. Acho que não é necessário isso, até porque temos dois Deputados nesta situação: o Deputado titular, Deputado Raad Massouh; e V.Exa. que é o Deputado suplente e está no exercício pleno da atividade. Aqui não tem diferença entre Deputado suplente, titular, mais votado, menos votado ou sigla partidária; os 24 Deputados têm sido tratados da mesma maneira, o que, às vezes, agrada a alguns. É normal. Isso faz parte da normalidade e do senso de justiça, que nem sempre alguns entendem, mas é normal. Vamos tentar conviver com isso na medida do possível.

V.Exa. e os demais Deputados podem ficar tranquilos, assim que a solução estiver definida será publicada no Diário da Câmara Legislativa, como foi feito com os demais também, para que cada um possa pegar o Diário e analisar. Se o Deputado quiser entrar com recurso, ou qualquer outra pessoa, mas sempre dando o amplo direito de defesa a todas as pessoas, sem tomar uma medida açodada, exonerar ou culpar alguém sem que primeiro saibamos o que realmente ocorreu. Não duvidando da palavra de nenhum Parlamentar nem de ninguém, mas é preciso, como diz a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

Constituição, a Lei Orgânica do Distrito Federal e o Regimento Interno, dar o amplo direito de defesa a todas as pessoas que são acusadas de alguma coisa. E a Câmara Legislativa vai seguir isso, até para que os Deputados depois tenham tranquilidade, se for preciso, para aplicar a penalidade aos servidores no caso.

Quanto à questão da posse da Procuradora-Geral Dra. Eunice, eu havia dito na reunião de Líderes que me ausentaria às 17h para ir à posse da Procuradora. Infelizmente, com o decorrer da fala dos Parlamentares, avançamos no horário e não poderei sair para ir à solenidade de posse — ou da recondução, como disse bem o Deputado Chico Leite. A recondução da Procuradora para o segundo mandato, que vale no Ministério Público, mas não vale em outros locais. Esse debate é importante. Cabe quando convém a recondução, ou não cabe? Isso é importante na democracia para que possamos discutir.

Eu estava fazendo com o Deputado Cláudio Abrantes uma brincadeira com muita tranquilidade, como isso é importante quando debatemos, Deputado Cláudio Abrantes. E V.Exa. colocou muito bem para que ela continue bem o trabalho. Eu também desejo a ela muita felicidade na sua recondução, no seu trabalho, no segundo mandato, para que ela possa dar continuidade ao trabalho que ela fez de maneira tão exemplar.

Parabenizo V.Exa. pelas palavras. Peço desculpas a ela, já que fica registrado nas notas taquigráficas, sobre a ausência de todos os Parlamentares, porque estamos em processo de votação. Temos nove projetos do Poder Executivo, os projetos de Deputados e onze vetos para serem apreciados. E vamos seguir a cronologia como foi estabelecido no Colégio de Líderes, com o acordo firmado para que possamos dar celeridade aos trabalhos.

Ainda estamos nos Comunicados de Parlamentares. Ainda há a Deputada Eliana Pedrosa para fazer uso da palavra.

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, prezados Deputados, pessoal da galeria, a quem eu agradeço a compreensão, às vezes são esses poucos minutos o que temos para registrar uma opinião, para falar de alguma insatisfação com os rumos dos acontecimentos aqui no Distrito Federal, e, portanto, é uma prerrogativa de que, muitas vezes, nos é muito difícil abrir mão.

Eu gostaria de voltar a uma fala minha sobre a compra das vacinas tetravalentes recombinantes contra o papilomavírus humano – HPV, pela terceira vez neste plenário. Fiz aqui uma primeira intervenção, quando a Deputada Arlete Sampaio, na ocasião, teve a oportunidade de conversar com o Secretário de Saúde e nos dar conhecimento de que o Governador iria suspender essa compra e aguardar uma compra do Ministério da Saúde. Eu pedi cópia da documentação. Quero registrar que até hoje não recebi cópia do processo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	34

A compra foi feita por inexigibilidade de licitação, e eu acionei, pedindo informação, o Ministério da Saúde. Na minha última fala, eu registrei que a resposta do Ministério da Saúde foi a de que a compra dessas vacinas ainda não estava no planejamento do Ministério da Saúde, e o Ministério da Saúde não recomendava a compra dessa vacina. A compra que estaria sendo feita pela Secretaria estaria sendo feita na fonte de recursos vindos do SUS.

Tive oportunidade também de pedir informações à Procuradoria do Distrito Federal, e recebi esta semana a resposta de que também a Procuradoria do Distrito Federal se manifestou, em função de vários quesitos, contrariamente à compra da forma como foi feita. A vacina não deveria ser comprada porque estava fora de um planejamento estratégico do Ministério da Saúde.

Estou vindo aqui porque a Deputada Arlete Sampaio, naquela ocasião, teve oportunidade de pontuar que procuraria saber. Eu estou aqui ofertando a todos os senhores cópia dessa documentação, em que questionei que estavam sendo compradas vacinas com espectro menor, por um preço maior, em grande quantidade e usando recursos do SUS, sem que o SUS tivesse, para aquelas rubricas, o recurso para a compra dessas vacinas, quando tantos outros medicamentos estariam à disposição.

Outra coisa que é importante ser pontuada é que essas vacinas são importadas. Elas foram compradas por inexigibilidade de licitação de uma empresa que fez a importação e, portanto, estava incorporando os custos dos impostos de importação. A Secretaria de Saúde poderia ter comprado diretamente, é-lhe facultado comprar diretamente e, comprando diretamente, sairia por um custo menor. Poderiam sobrar mais recursos para cobrir outras necessidades da Saúde aqui do Distrito Federal.

Então, muito nos preocupa essa compra porque, por duas manifestações minhas, as respostas que vieram contrariam tudo que está sendo dito tanto pela Procuradoria do Distrito Federal como pelo próprio Ministério da Saúde, mas, na realidade, sobre aquilo que foi feito pela Secretaria de Saúde, contrariando a Lei de Transparência, que tem âmbito nacional. Temos hoje dispositivos legais aqui no Distrito Federal que determinam a entrega de documentações para Parlamentares, inclusive previstos na nossa Lei Orgânica. Até hoje não recebi, de concreto, nada.

Mais uma vez, venho trazer esse tema à baila porque é uma sequência de informações incorretas que vão sendo derrubadas, primeiro pelo relatório do Ministério da Saúde e, agora, pelo relatório da Procuradoria do Distrito Federal.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputada Eliana Pedrosa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	35

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – O Expediente lido vai à publicação.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Item nº 7:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 130, de 2011, do Deputado Chico Leite, que “institui no Distrito Federal o cadastro para o bloqueio do recebimento de ligações de telemarketing”.

Solicito ao Relator que profira relatório sobre o veto total.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Deputado Chico Leite, V.Exa. é o Presidente da comissão, então pode indicar alguém para proferir o relatório. (Pausa.)

Deputado Olair Francisco, V.Exa. pode proferir o relatório?

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra ao Deputado Olair Francisco para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PT do B. Para emitir relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	36



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

RELATÓRIO Nº , DE 2012

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei nº 130/2011, que *institui no distrito federal o cadastro para o bloqueio do recebimento de ligações de telemarketing.*

Relator: Deputado Chico Leite

Pela Mensagem nº 36/2012-GAG (fls.19/20), o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto total** ao Projeto de Lei nº 130, de 2011, de autoria do Deputado Chico Leite.

A proposição foi aprovada sem alterações, ficando sua redação final conforme fl. 15.

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, ao projeto foi oposto **veto total**, sob a alegação de que a Lei nº 3.473/2004 apresentaria o mesmo conteúdo normativo e cumpriria o mesmo propósito.

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto em causa.

Sala das Sessões, em

DEPUTADO  
Presidente

DEPUTADO CHICO LEITE  
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PL nº 130 2011  
Fls. nº 22 §



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	37

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (Como Líder do Governo. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, conforme acordado no Colégio de Líderes, a posição é pela manutenção do veto.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputada Arlete Sampaio.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação. Eu gostaria de orientar meu bloco, se fosse possível, já que não faço parte da base do governo.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Todos os Líderes podem orientar. Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Sem revisão da oradora.) – Está certo. Então, a orientação para o bloco do PSD também é para seguir o que disse a Deputada Arlete Sampaio, mas eu só não gostaria de perder a oportunidade de poder fazer o meu registro, porque em algum momento podemos discordar.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Ok.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	38



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 30/10/2012

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL  VETO(S) PARCIAL(S) A0(S) : \_\_\_\_\_

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N°(S) \_\_\_\_\_

PROJETO DE LEI N°(S) 1501/11

Autor: Deputado(a): Chico Leite  Executivo

Relator: Deputado(a): Olair Francisco

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBST.*	DV
	AGACIEL MATA	PTC	X					
	ARLETE SAMPAIO	PT	X					
	AYLTON GOMES	PR	X					
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X					
	CELINA LEÃO	PSD	X					
	CHICO LEITE	PT		X				
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	X					
	DOUTOR CHARLES	PTB	X					
	DR. MICHEL	PEN	X					
	ELIANA PEDROSA	PSD	X					
	EVANDRO GARLA	PRB				X		
	JOE VALLE	PSB				X		
	LILIANE RORIZ	PSD				X		
	LUZIA DE PAULA	PEN	X					
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	X					
	PAULO RORIZ	DEM	X					
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PEN				X		
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB				X		
	RÓNEY NEMER	PMDB				X		
	WASHINGTON MESQUITA	PSD	X					
	WASNY DE ROURE	PT	X					
	WELLINGTON LUIZ	PPL				X		
	PATRÍCIO	PT	X					
	TOTAL		16	01		07		

\*(Art.109 parágrafo 8º do RI)

ASSP \_\_\_\_\_ SECRETÁRIO DEP. OLAIR FRANCISCO ASSP N° 1 Fls.º \_\_\_\_\_

VOTOS "SIM"	16	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	01	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	07		
OBSTRUÇÃO	-		

CONSOLIDADO POR Mato 1584 ASSP/ N° 1  
ASSINATURA \_\_\_\_\_ MAT. \_\_\_\_\_ FOLHA N° \_\_\_\_\_



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	39

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos favoráveis, 1 voto contrário. Houve 7 ausências.

Total de votantes: 17.

Fica mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Item nº 10:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 213, de 2011, do Deputado Agaciel Maia, que “dispõe sobre a proibição de exibição, aluguel e venda de material pornográfico e erótico como: DVDs, revistas, jornais e cartazes para menores de 18 anos em bancas de jornal, livrarias e locadoras de vídeo, no âmbito do Distrito Federal”.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para emitir relatório. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, trata-se do veto parcial ao Projeto de Lei nº 213, de 2011, do Deputado Agaciel Maia, que “dispõe sobre a proibição de exibição, aluguel e venda de material pornográfico e erótico como: DVDs, revistas, jornais e cartazes para menores de 18 anos em bancas de jornal, livrarias e locadoras de vídeo, no âmbito do Distrito Federal”.

A alegação do Chefe do Poder Executivo é a de que o inciso II do art. 4º da proposição vincularia o valor da multa administrativa ao salário-mínimo, em afronta ao que dispõe o art. 7º, inciso IV, da Carta Maior. Esse é o veto e também o fundamento.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Chico Leite.

Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	40

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (Como Líder do Governo. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, foi acordada no Colégio de Líderes a manutenção do veto.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	41



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 30/10/2012

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL  VETO(S) PARCIAL(S) A0(S) : mass II do art. 4º

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)

PROJETO DE LEI Nº(S) 21311

Autor: Deputado(a): Ayacel Maia  Executivo

Relator: Deputado(a): Primo Costa

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBST.*	DV
	AGACIEL MATA	PTC	/					
	ARLETE SAMPAIO	PT	/					
	AYLTON GOMES	PR	/					
	BENEDITO DOMINGOS	PP	/					
	CELINA LEÃO	PSD	/					
	CHICO LEITE	PT	/					
	CHICO VIGILANTE	PT	/					
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	/					
	DOUTOR CHARLES	PTB	/					
	DR. MICHEL	PEN	/					
	ELTANA PEDROSA	PSD	/					
	EVANDRO GARLA	PRB				/		
	JOE VALLE	PSB				/		
	LILIANE RORIZ	PSD				/		
	LUZIA DE PAULA	PEN	/					
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	/					
	PAULO RORIZ	DEM	/					
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PEN				/		
	ROBERTO NEGREIROS	PMDB				/		
	RÔNEY NEMER	PMDB	/					
	WASHINGTON MESQUITA	PSD	/					
	WASNY DE ROURE	PT	/					
	WELLINGTON LUIZ	PPL				/		
	PATRÍCIO	PT	/					
	TOTAL		18			6		

\*(Art.109 parágrafo 8º do RI)

ASSP \_\_\_\_\_ SECRETÁRIO DEP. [Assinatura] ASSP Nº \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_  
Fls.º \_\_\_\_\_

VOTOS "SIM"	18	VETO MANTIDO	<input checked="" type="checkbox"/>
VOTOS "NÃO"	-	VETO REJEITADO	<input type="checkbox"/>
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	06		
OBSTRUÇÃO	-		

CONSOLIDADO POR [Assinatura] MAT. 1381. ASSP/ Nº \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_  
ASSINATURA FOLHA Nº \_\_\_\_\_



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	42

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 18 votos favoráveis. Houve 6 ausências.

Total de votantes: 18.

Fica mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Quero comunicar aos Parlamentares, aos assessores que estão aqui e aos que gostam de futebol, que nós vamos ter domingo o jogo do Corinthians e Atlético Goianiense, que seria lá em Taguatinga, Deputado Benedito Domingos, mas com todo o respeito a V.Exa., foi decidido agora à tarde em uma reunião – houve várias articulações –, para que o levássemos para o Bezerrão. Então, o jogo será no Gama, no Bezerrão. O próximo a gente deixa ser no Serejão, na cidade de V.Exa. Então, todos estão convidados a participar no domingo, no Bezerrão, do jogo Corinthians e Atlético Goianiense.

Item nº 12:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 415, de 2011, da Deputada Celina Leão, que “inclui o dia 9 de setembro como o Dia do Administrador no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal”.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para emitir relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	43



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PL nº 415 2011  
Fls. nº 23 8  
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

RELATÓRIO Nº , DE 2012

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO PARCIAL oposto ao Projeto de Lei nº 415/2011, que inclui o dia 09 de setembro como o Dia do Administrador no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal.

Relator: Deputado Chico Leite

Pela Mensagem n.º 71/2012-GAG (fls. 19/20), o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto parcial** ao Projeto de Lei n.º 415, de 2011, de autoria da Deputada Celina Leão.

A proposição foi aprovada sem alterações, ficando sua redação final conforme fl. 14.

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, ao projeto foi oposto **veto parcial** ao conteúdo do parágrafo único do art. 1º, sob a alegação de que criaria atribuições para os órgãos do Poder Executivo, o que vai de encontro ao artigo 71, §1º, IV, da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto em causa.

Sala das Sessões, em

DEPUTADO

Presidente

DEPUTADO CHICO LEITE

Relator



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	44

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (Como Líder do Governo. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – O Colégio de Líderes acordou pela manutenção do veto.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Ok, Deputada Arlete Sampaio.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	45



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 30/10/2012

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL  VETO(S) PARCIAL(S) A0(S): Parágrafo Único do art. 1º.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)

PROJETO DE LEI Nº(S) 415/11

Autor: Deputado(a): Celma Leão  Executivo

Relator: Deputado(a): Chico Leite

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBST.*	DV
	AGACIEL MATA	PTC	X					
	ARLETE SAMPAIO	PT	X					
	AYLTON GOMES	PR	X					
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X					
	CELINA LEÃO	PSD	X					
	CHICO LEITE	PT	X					
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	X					
	DOUTOR CHARLES	PTB	X					
	DR. MICHEL	PEN	X					
	ELTANA PEDROSA	PSD	X					
	EVANDRO GARLA	PRB				X		
	JOE VALLE	PSB				X		
	LILIANE RORIZ	PSD				X		
	LUZIA DE PAULA	PEN	X					
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	X					
	PAULO RORIZ	DEM	X					
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PEN				X		
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB				X		
	RÔNEY NEMER	PMDB	X					
	WASHINGTON MESQUITA	PSD	X					
	WASNY DE ROURE	PT	X					
	WELLINGTON LUIZ	PPL				X		
	PATRÍCIO	PT	X					
	TOTAL		18			6		

\*(Art.109 parágrafo 8º do RI)

ASSP \_\_\_\_\_ SECRETÁRIO DEP. [Assinatura] ASSP Nº \_\_\_\_\_ Fls.º \_\_\_\_\_

VOTOS "SIM"	18	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	-	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	06		
OBSTRUÇÃO	-		

CONSOLIDADO POR Mata 1384 ASSP/ Nº \_\_\_\_\_  
ASSINATURA MAT. FOLHA Nº \_\_\_\_\_



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	46

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 18 votos favoráveis e 6 ausências.

Total de votantes: 18.

Fica mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Item nº 14:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 365, de 2011, da Deputada Rejane Pitanga, que “assegura aos professores do sistema de ensino do Distrito Federal a concessão de desconto na aquisição de livros e demais materiais de formação”.

Concedo a palavra ao Deputado Olair Francisco para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PT do B. Para emitir relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	47



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PL nº 365, 2011  
Fls. nº 21-8

RELATÓRIO Nº , DE 2012

**Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei nº 365/2011, que assegura aos professores do sistema de ensino do Distrito Federal a concessão de desconto na aquisição de livros e demais materiais de formação.**

**Relator: Deputado Chico Leite**

Pela Mensagem nº 51/2012-GAG (fls. 18/19), o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto total** ao Projeto de Lei nº 365, de 2011, de autoria da Deputada Rejane Pitanga.

A proposição foi aprovada sem alterações, ficando sua redação final conforme fl. 14.

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, ao projeto foi oposto **veto total**, sob o fundamento de que a proposição, ao impor um percentual de desconto, oneraria as livrarias, bancas de jornal e outros estabelecimentos privados congêneres sem levar em conta a formação do preço do produto colocado à venda, o que significaria interferência indevida do Poder Público na livre iniciativa.

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto em causa.

Sala das Sessões, em

DEPUTADO  
Presidente

DEPUTADO CHICO LEITE  
Relator



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	48

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto. O acordo é pela manutenção do veto, pelo voto “sim”.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	49



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 30/10/2012

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL  VETO(S) PARCIAL(S) A0(S): \_\_\_\_\_

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) \_\_\_\_\_

PROJETO DE LEI Nº(S) 365/11 \_\_\_\_\_

Autor: Deputado(a): Rejane Pitanga  Executivo

Relator: Deputado(a): Olav Manoel

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBST.*	DV
	AGACIEL MAIA	PTC	X					
	ARLETE SAMPAIO	PT	X					
	AYLTON GOMES	PR	X					
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X					
	CELINA LEAO	PSD	X					
	CHICO LEITE	PT	X					
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	X					
	DOUTOR CHARLES	PTB	X					
	DR. MICHEL	PEN	X					
	ELIANA PEDROSA	PSD	X					
	EVANDRO GARLA	PRB				X		
	JOE VALLE	PSB				X		
	LILIANE RORIZ	PSD				X		
	LUZIA DE PAULA	PEN	X					
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	X					
	PAULO RORIZ	DEM	X					
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PEN	X					
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB				X		
	RÔNEY NEMER	PMDB	X					
	WASHINGTON MESQUITA	PSD				X		
	WASNY DE ROURE	PT	X					
	WELLINGTON LUIZ	PPL				X		
	PATRÍCIO	PT	X					
	TOTAL		18			06		

\*(Art.109 parágrafo 8º do RI)

ASSP \_\_\_\_\_ SECRETÁRIO DEP. OLAIR FRANCISCO ASSP Nº 1 Fls.º \_\_\_\_\_

VOTOS "SIM"	18	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	-	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	06		
OBSTRUÇÃO	-		

CONSOLIDADO POR Maio 1387 ASSP/ Nº 1  
ASSINATURA \_\_\_\_\_ MAT. \_\_\_\_\_ FOLHA Nº \_\_\_\_\_



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	50

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 18 votos favoráveis e 6 ausências.

Total de votantes: 18.

Fica mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Item nº 16:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 149, de 2011, do Deputado Aylton Gomes, que “dispõe sobre a obrigatoriedade para estabelecimentos que comercializem pilhas, baterias e lâmpadas fluorescentes, colocarem à disposição dos consumidores recipientes para a coleta do referido material quando descartados ou inutilizados”.

Concedo a palavra ao Deputado Olair Francisco para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PT do B. Para emitir relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	51



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

RELATÓRIO Nº , DE 2012

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO PARCIAL oposto ao Projeto de Lei nº 149/2011, que *dispõe sobre a obrigatoriedade para estabelecimentos que comercializem pilhas, baterias e lâmpadas fluorescentes, colocarem à disposição dos consumidores recipientes para a coleta do referido material quando descartados ou inutilizados.*

Relator: Deputado Chico Leite

Pela Mensagem n.º 75/2012-GAG (fls. 24/25), o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto parcial** ao Projeto de Lei n.º 149, de 2011, de autoria do Deputado Aylton Gomes.

A proposição foi aprovada sem alterações, ficando sua redação final conforme fls. 19.

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, ao projeto foi oposto **veto parcial** ao conteúdo do art. 3º, sob a alegação de que criaria atribuição para entidade do Poder Executivo, em desacordo com o artigo 71, §1º, inciso IV, da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto em causa.

Sala das Sessões, em

DEPUTADO

Presidente

DEPUTADO CHICO LEITE

Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PL nº 149 2011  
Fls. nº 29 N.S.D.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL – PRAÇA MUNICIPAL S/Nº – GABINETE 21  
BRASÍLIA-DF – CEP: 70094-902 – FONE: (61) 3348-3212

A(o) \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_, apresentando  
com Relatório de Veto de \_\_\_\_\_ fls. \_\_\_\_\_  
Em \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
SEM EFEITO



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	52

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto parcial.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

O encaminhamento do Colégio de Líderes é pela manutenção do veto.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	53



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 30/10/2012

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL  VETO(S) PARCIAL(S) A0(S): Art. 3º

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) \_\_\_\_\_

PROJETO DE LEI Nº(S) 149/11

Autor: Deputado(a): Ayilton Gomes  Executivo

Relator: Deputado(a): Olair Francisco

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBST.*	DV
	AGACIEL MAIA	PTC	/					
	ARLETE SAMPAIO	PT	/					
	AYLTON GOMES	PR	/					
	BENEDITO DOMINGOS	PP	/					
	CELINA LEÃO	PSD	/					
	CHICO LEITE	PT	/					
	CHICO VIGILANTE	PT	/					
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	/					
	DOUTOR CHARLES	PTB	/					
	DR. MICHEL	PEN	/					
	ELIANA PEDROSA	PSD	/					
	EVANDRO GARLA	PRB				/		
	JOE VALLE	PSB				/		
	LILIANE RORIZ	PSD				/		
	LUZIA DE PAULA	PEN	/					
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	/					
	PAULO RORIZ	DEM	/					
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PEN	/					
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB				/		
	RÔNEY NEMER	PMDB	/					
	WASHINGTON MESQUITA	PSD				/		
	WASNY DE ROURE	PT	/					
	WELLINGTON LUIZ	PPL				/		
	PATRÍCIO	PT	/					
	TOTAL		18			6		

\*(Art.109 parágrafo 8º do RI)

ASSP \_\_\_\_\_ SECRETÁRIO DEP. OLAIR FRANCISCO ASSP Nº \_\_\_\_\_ Fls.º \_\_\_\_\_

VOTOS "SIM"	18	VETO MANTIDO	<input checked="" type="checkbox"/>
VOTOS "NÃO"	-	VETO REJEITADO	<input type="checkbox"/>
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	06		
OBSTRUÇÃO	-		

CONSOLIDADO POR Mauá ASSP/ Nº \_\_\_\_\_  
ASSINATURA \_\_\_\_\_ MAT. \_\_\_\_\_ FOLHA Nº \_\_\_\_\_



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	54

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 18 votos favoráveis e 6 ausências.

Total de votantes: 18.

Fica mantido o veto parcial.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Item nº 20:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 745, de 2012, do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$41.729.460,00 (quarenta e um milhões, setecentos e vinte e nove mil, quatrocentos e sessenta reais)”.

Concedo a palavra ao Deputado Olair Francisco para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre os vetos parciais, anexos I e V, referentes às Emendas nºs 4, 6, 8 e 9.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PT do B. Para emitir relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	55



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
DL nº 745, 2012  
Fls. nº 186, §

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

**RELATÓRIO Nº , DE 2012**

Da **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA** sobre o **VETO PARCIAL** oposto ao Projeto de Lei nº 745/2012, que *abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 41.729.460,00 (quarenta e um milhões setecentos e vinte e nove mil, quatrocentos e sessenta reais).*

**Relator: Deputado Chico Leite**

Pela Mensagem n.º 87/2012-GAG (fls. 137/138), o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto parcial** ao Projeto de Lei n.º 745, de 2012, de autoria do Poder Executivo.

A proposição foi aprovada com alterações, ficando sua redação final conforme fls. 75/97.

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, foi oposto **veto parcial** ao conteúdo das emendas aditivas n.ºs 4, 6, 8 e 9.

A emenda n.º 4, de autoria do Deputado Olair Francisco, objetivava criar o subtítulo "Execução de Obras Levando Infraestrutura e Urbanismo a Vários Pontos do DF". Foi vetada sob a alegação de que o programa de trabalho apontado como fonte de cancelamento não constaria na Unidade Orçamentária indicada.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	56

2

Já as emenda n.ºs 6 e 8, ambas da Deputada Celina Leão, pretendiam remanejar recursos para a criação, respectivamente, dos novos subtítulos "Execução de Obras Complementares de Urbanização nas Regiões Administrativas" e "Cobertura da Quadra de Esportes do Centro Educacional n.º 01 do Núcleo Bandeirante". Segundo a mensagem, os programas de trabalho indicados como fonte de financiamento das emendas não teriam saldo suficiente para arcar com as propostas, razão de seus vetos.

A emenda n.º 9, de autoria do Deputado Siqueira Campos, que propôs a criação dos subtítulos "cobertura da quadra de esportes do CAVE – Guará, revitalização de quadras poliesportivas no Guará e implantação de gramado – campo de futebol amador" e "apoio ao aniversário do Guará", foi vetada sob o fundamento de que os projetos não constavam no Plano Plurianual 2012-2015.

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto em causa.

Sala das Sessões, em

**DEPUTADO**  
**Presidente**

**DEPUTADO CHICO LEITE**  
**Relator**

*Chico Leite*  
Relator



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	57

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Consulto os Líderes se há acordo para votar em bloco os vetos parciais, a parte dos anexos I e V, referentes às Emendas nºs 4, 6, 8 e 9.

Havendo acordo, votação em bloco.

O encaminhamento é pela manutenção do veto, pelo voto “sim”.

Em discussão o relatório do veto parcial. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto parcial.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	58



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 30, 10 / 2012

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL  VETO(S) PARCIAL(S) A0(S): parte dos Anexos I e V referente às emendas 4, 6, 8 e 9 -

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) \_\_\_\_\_

PROJETO DE LEI Nº(S) 745/12

Autor: Deputado(a): \_\_\_\_\_  Executivo

Relator: Deputado(a): Otávio Francisco

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBST.*	DV
	AGACIEL MAIA	PTC	/					
	ARLETE SAMPAIO	PT	/					
	AYLTON GOMES	PR	/					
	BENEDITO DOMINGOS	PP	/					
	CELINA LEÃO	PSD	/					
	CHICO LEITE	PT	/					
	CHICO VIGILANTE	PT	/					
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	/					
	DOUTOR CHARLES	PTB	/					
	DR. MICHEL	PEN	/					
	ELIANA PEDROSA	PSD	/					
	EVANDRO GARLA	PRB				/		
	JOE VALLE	PSB				/		
	LILIANE RORIZ	PSD				/		
	LUZIA DE PAULA	PEN	/					
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	/					
	PAULO RORIZ	DEM	/					
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PEN	/					
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB				/		
	RÔNEY NEMER	PMDB	/					
	WASHINGTON MESQUITA	PSD				/		
	WASNY DE ROURE	PT	/					
	WELLINGTON LUIZ	PPL				/		
	PATRÍCIO	PT	/					
	TOTAL		18			6		

\*(Art.109 parágrafo 8º do RI)

ASSP \_\_\_\_\_ SECRETÁRIO DEP. Otávio Francisco ASSP Nº \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ Fls.º \_\_\_\_\_

VOTOS "SIM"	18	VETO MANTIDO	<input checked="" type="checkbox"/>
VOTOS "NÃO"	-	VETO REJEITADO	<input type="checkbox"/>
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	06		
OBSTRUÇÃO	-		

CONSOLIDADO POR Flávio MAT. 1384 ASSP/ \_\_\_\_\_ Nº \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ FOLHA Nº \_\_\_\_\_



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	59

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 18 votos favoráveis e 6 ausências.

Total de votantes: 18 .

Fica mantido o veto parcial ao Projeto de Lei nº 745, de 2012.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Item nº 21:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 60, de 2011, da Deputada Eliana Pedrosa, que “altera o art. 1º da Lei nº 3.361, de 17 de junho de 2004, que institui reserva de vagas, nas universidades e faculdades públicas do Distrito Federal, de, no mínimo, 40% (quarenta por cento) por curso e por turno, para alunos oriundos de escolas públicas do Distrito Federal”.

Concedo a palavra ao Deputado Olair Francisco para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PT do B. Para emitir relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	60



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PL n.º 60 / 2011  
Fl. n.º 22

RELATÓRIO Nº , DE 2012

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei nº 60/2011, que altera o art. 1º da Lei nº 3.361, de 17 de junho de 2004, que institui reserva de vagas, nas universidades e faculdades públicas do Distrito Federal, de, no mínimo, 40% (quarenta por cento) por curso e por turno, para alunos oriundos de escolas públicas do Distrito Federal.

Relator: Deputado Chico Leite

Pela Mensagem nº 92/2012-GAG (fls. 19/20), o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto total** ao Projeto de Lei n.º 60 de 2011, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa.

A proposição foi aprovada sem alterações, ficando sua redação final conforme fl. 15.

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, ao projeto foi oposto **veto total**, sob a alegação de que, em que pese a lei a ser alterada ser de iniciativa parlamentar e ter sido sancionada pelo Governador da época, o projeto disporia sobre organização e funcionamento de entidades do Poder Executivo – instituições de ensino públicas –, matéria de competência privativa do Governador (artigo 100, X, da Lei Orgânica do Distrito Federal).



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	61

2

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto em causa.

Sala das Sessões, em

DEPUTADO  
Presidente

DEPUTADO CHICO LEITE  
Relator



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	62

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto. Lembro que o Colégio de Líderes decidiu pela manutenção do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	63



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 30/10/2012

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL  VETO(S) PARCIAL(S) A0(S): \_\_\_\_\_

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) \_\_\_\_\_

PROJETO DE LEI Nº(S) 6011 \_\_\_\_\_

Autor: Deputado(a): Eliana Pedrosa  Executivo

Relator: Deputado(a): Olair Francisco

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBST.*	DV
	AGACIEL MAIA	PTC	X					
	ARLETE SAMPAIO	PT	X					
	AYLTON GOMES	PR	X					
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X					
	CELINA LEÃO	PSD	X					
	CHICO LEITE	PT	X					
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	X					
	DOUTOR CHARLES	PTB	X					
	DR. MICHEL	PEN	X					
	ELIANA PEDROSA	PSD	X					
	EVANDRO GARLA	PRB				X		
	JOE VALLE	PSB				X		
	LILIANE RORIZ	PSD				X		
	LUZIA DE PAULA	PEN	X					
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	X					
	PAULO RORIZ	DEM	X					
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PEN	X					
	ROBERIO NEGREIROS	PMDB				X		
	RONEY NEMER	PMDB	X					
	WASHINGTON MESQUITA	PSD	X					
	WASNY DE ROURE	PT	X					
	WELLINGTON LUIZ	PPL				X		
	PATRÍCIO	PT	X					
	TOTAL		19			5		

\*(Art.109 parágrafo 8º do RI)

ASSP \_\_\_\_\_ SECRETÁRIO DEP. OLAIR FRANCISCO Fls.º N° 1

VOTOS "SIM"	19	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	-	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	05		
OBSTRUÇÃO	-		

CONSOLIDADO POR \_\_\_\_\_ MAT. 1381 ASSP/ N° \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_  
ASSINATURA \_\_\_\_\_ FOLHA N° \_\_\_\_\_



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	64

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 19 votos favoráveis. Houve 5 ausências.

Total de votantes: 19.

Fica mantido o veto ao Projeto de Lei nº 60, de 2011.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Item nº 22:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 7, de 2011, do Deputado Raad Massouh, que “dispõe sobre a criação da Feira Cultural no Distrito Federal”.

Concedo a palavra ao Deputado Olair Francisco para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre os vetos parciais aos artigos 2º e 4º.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PT do B. Para emitir relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o parecer:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	65



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PL n.º 7, 2011  
Fls. n.º 31. 8

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

RELATÓRIO Nº , DE 2012

Da **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA** sobre o **VETO PARCIAL** oposto ao Projeto de Lei nº 7/2011, que *dispõe sobre a criação da Feira Cultural no Distrito Federal.*

**Relator: Deputado Chico Leite**

Pela Mensagem n.º 94/2012-GAG (fls. 27/28), o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto parcial** ao Projeto de Lei n.º 7, de 2011, de autoria do Deputado Raad Massouh.

A proposição foi aprovada com alterações, ficando sua redação final conforme fl. 16.

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, foi oposto **veto parcial** ao conteúdo dos arts. 2º e 4º. Ao primeiro deles com fundamento na alegada interferência na organização, funcionamento e atribuições das administrações regionais, integrantes da estrutura administrativa do Poder Executivo, o que feriria o artigo 71, §1º, IV, da Lei Orgânica do Distrito Federal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	66

2

O art. 4º foi vetado sob a alegação de que a realização da feira cultural independeria de regulamentação da lei pelo Poder Executivo, mas de recursos para sua realização. Estes poderiam ser privados, o que não carece de interferência do Executivo, ou públicos, o que requereria as exigências previstas nos artigos 15 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal, as quais não teriam sido cumpridas pela proposição.

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto em causa.

Sala das Sessões, em

**DEPUTADO**  
**Presidente**

**DEPUTADO CHICO LEITE**  
**Relator**



Relator



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	67

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Consulta aos Líderes se há acordo para votação, em bloco, do veto parcial aos artigos 2º e 4º.

Havendo acordo, coloco o veto em votação. O acordo no Colégio de Líderes é pela manutenção do veto.

Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	68



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 30/10/2012

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL  VETO(S) PARCIAL(S) A0(S): Arts. 2º e 4º

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)

PROJETO DE LEI Nº(S) 7/11

Autor: Deputado(a): Road Mansour  Executivo

Relator: Deputado(a): Olair Francisco

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBST.*	DV
	AGACIEL MAIA	PTC	/					
	ARLETE SAMPAIO	PT	/					
	AYLTON GOMES	PR	/					
	BENEDITO DOMINGOS	PP	/					
	CELINA LEÃO	PSD				/		
	CHICO LEITE	PT	/					
	CHICO VIGILANTE	PT	/					
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	/					
	DOUTOR CHARLES	PTB	/					
	DR. MICHEL	PEN	/					
	ELIANA PEDROSA	PSD	/					
	EVANDRO GARLA	PRB				/		
	JOE VALLE	PSB				/		
	LILIANE RORIZ	PSD				/		
	LUZIA DE PAULA	PEN	/					
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	/					
	PAULO RORIZ	DEM	/					
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PEN	/					
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB				/		
	RÔNEY NEMER	PMDB	/					
	WASHINGTON MESQUITA	PSD	/					
	WASNY DE ROURE	PT	/					
	WELLINGTON LUIZ	PPL				/		
	PATRÍCIO	PT	/					
	TOTAL		18			06		

\*(Art.109 parágrafo 8º do RI)

ASSP SECRETÁRIO DEP. OLAIR FRANCISCO ASSP Nº 1 Fls.º 1

VOTOS "SIM"	18	VETO MANTIDO	<input checked="" type="checkbox"/>
VOTOS "NÃO"	-	VETO REJEITADO	<input type="checkbox"/>
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	06		
OBSTRUÇÃO	-		

CONSOLIDADO POR 1381 ASSP/ Nº 1  
ASSINATURA [assinatura] MAT. 1381 FOLHA Nº 1



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	69

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) — A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 18 votos favoráveis. Houve 6 ausências.

Fica mantido o veto parcial ao Projeto de Lei nº 7, de 2011.

Item nº 23:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 777, de 2012, do Poder Executivo, que “abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais)”.

Concedo a palavra ao Deputado Olair Francisco para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre o veto parcial à parte dos Anexos I, II, III e IV, referente às Emendas nºs 1, 16, 19, 20, 36, 56, 109 e 110.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PT do B. Para emitir relatório. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre o veto parcial ao Projeto de Lei nº 777, de 2012, do Poder Executivo, que “abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais)”.

Foi apontada a insuficiência de saldo no crédito indicado para cancelamento como justificativa dos vetos opostos às Emendas nºs 109, de autoria do Deputado Olair Francisco, e 110, de iniciativa da Deputada Celina Leão, que objetivavam, respectivamente, remanejar recursos para o subtítulo “Realização de Eventos – Incentivo ao Esporte e à Difusão Cultural em Águas Claras” e criar o programa de trabalho “Pavimentação de Vias – Recuperação Asfáltica – Taguatinga”.

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto em causa.

É o seguinte o relatório:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	70



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

RELATÓRIO Nº \_\_\_\_\_, DE 2011

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO PARCIAL oposto ao Projeto de Lei nº 777/2012, que abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais).

Relator: Deputado Chico Leite

OLAIR FRANCISCO

Pela Mensagem nº 122/2012-GAG (fls. 441/444), o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto parcial** ao Projeto de Lei n.º 777, de 2012, de autoria do Poder Executivo, que abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais).

Durante sua tramitação, o Projeto recebeu 124 emendas aditivas. Após as modificações, a redação final ficou na forma acostada às fls. 283/310.

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, ao projeto foi oposto **veto parcial**, especificamente quanto ao conteúdo das emendas parlamentares de números 1, 16, 19, 20, 36, 56, 109 e 110.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PL n.º 777/2012  
Fls. n.º 628/628



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	71

2

A emenda aditiva de Deputado nº 01, de autoria do Deputado Dr. Michel, que objetivava criar o subtítulo "Construção de Passarela de Pedestres Sobre o Córrego Sobradinho – Chão de Flores" foi vetada sob a alegação de que os subtítulos apontados para cancelamento inexisteriam na programação orçamentária da Unidade Orçamentária indicada.

A emenda aditiva nº 16, de iniciativa da Mesa Diretora, que tinha por objetivo remanejar recursos para o Programa de Trabalho "Capacitação de Servidores – Escola do Legislativo – Plano Piloto", foi vetada porque teria indicado para cancelamento programa de trabalho em que não há saldo suficiente.

As emendas nºs 19 e 20, da Deputada Celina Leão, buscavam remanejar recursos para programas de trabalho a serem criados na Administração Regional de Taguatinga e Administração Regional de Sobradinho II. Teriam indicado como fonte de financiamento subtítulo sem saldo disponível, em virtude do cumprimento da Portaria Conjunta SEF/SEPLAN nº 04/2012, motivo pelo qual foram vetadas.

A emenda aditiva nº 36, do Deputado Olair Francisco, que criava o subtítulo "Apoio Financeiro ao Memorial JK – manutenção e conservação do memorial JK – Distrito Federal", também foi vetada sob o fundamento de indicar fonte de cancelamento com saldo insuficiente.

A emenda aditiva nº 56, do Deputado Washington Mesquita, que tinha o propósito de suplementar o subtítulo "Reforma de Prédios e Próprios – Administração Regional de Taguatinga", foi vetada, pois teria sido verificado que o subtítulo indicado para cancelamento não teria mais valor disponível, devido à descentralização de recursos realizada para a Secretaria de Saúde.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PL n.º 777/2012  
Fls. n.º 629/708



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	72

3

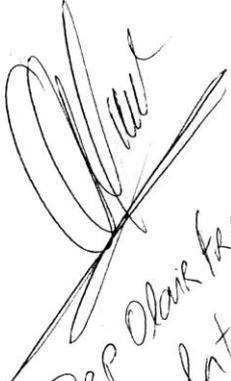
Também foi apontada a insuficiência de saldo no crédito indicado para cancelamento como justificativa dos vetos opostos às emendas nºs 109, de autoria do Deputado Olair Franciso, e 110, de iniciativa da Deputada Celina Leão, que objetivavam, respectivamente, remanejar recursos para o subtítulo "Realização de Eventos – Incentivo ao Esporte e à Difusão Cultural em Águas Claras" e criar o programa de Trabalho "Pavimentação de Vias – Recuperação Asfáltica – Taguatinga".

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto em causa.

Sala das Sessões, em

**DEPUTADO**  
**Presidente**

**DEPUTADO CHICO LEITE**  
**Relator**



Rep Olair Franciso  
Relator



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	73

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) — Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Consulto os Líderes se há acordo para votar em bloco o veto parcial à parte dos Anexos I, II, III e IV, referente às Emendas nºs 1, 16, 19, 20, 36, 56, 109 e 110. (Pausa.)

O acordo do Colégio de Líderes é pela manutenção dos vetos parciais.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	74



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 30/10/2012

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL  VETO(S) PARCIAL(S) A0(S): parte dos Anexos I, II, III e IV referente as emendas n.ºs 1, 16, 19, 20, 36, 56, 109 e 110.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) \_\_\_\_\_

PROJETO DE LEI Nº(S) 777/12

Autor: Deputado(a): \_\_\_\_\_

Executivo

Relator: Deputado(a): Olair Francisco

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBST.*	DV
	AGACIEL MATA	PTC	X					
	ARLETE SAMPAIO	PT	X					
	AYLTON GOMES	PR	X					
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X					
	GELINA LEÃO	PSD				X		
	CHICO LEITE	PT	X					
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	X					
	DOUTOR CHARLES	PTB	X					
	DR. MICHEL	PEN	X					
	ELIANA PEDROSA	PSD	X					
	EVANDRO GARLA	PRB				X		
	JOE VALLE	PSB				X		
	LILIANE RORIZ	PSD				X		
	LUZIA DE PAULA	PEN	X					
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	X					
	PAULO RORIZ	DEM				X		
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PEN	X					
	ROBERIO NEGREIROS	PMDB				X		
	RONEY NEMER	PMDB	X					
	WASHINGTON MESQUITA	PSD	X					
	WASNY DE ROURE	PT	X					
	WELLINGTON LUIZ	PPL				X		
	PATRÍCIO	PT	X					
	TOTAL		17			07		

\*(Art.109 parágrafo 8º do RI)

ASSP \_\_\_\_\_ SECRETÁRIO DEP. OLAIR FRANCISCO ASSP N° \_\_\_\_\_ Fls. ° \_\_\_\_\_

VOTOS "SIM"	17	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	-	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	07		
OBSTRUÇÃO	-		

CONSOLIDADO POR afalo ASSP/ N° \_\_\_\_\_  
ASSINATURA BBA MAT. FOLHA N° \_\_\_\_\_



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	75

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 17 votos favoráveis. Houve 7 ausências.

Total de votantes: 17.

Fica mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Item nº 29:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei Complementar nº 36, de 2012, do Poder Executivo, que “altera a Lei Complementar nº 766, de 19 de junho de 2008, que dispõe sobre o uso e ocupação do solo no Comércio Local Sul, do Setor de Habitações Coletivas Sul – SHCS, na Região Administrativa de Brasília – RA I, e dá outras providências”.

Concedo a palavra ao Deputado Olair Francisco para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PT do B. Para emitir relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	76



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

RELATÓRIO Nº , DE 2012

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO PARCIAL oposto ao Projeto de Lei Complementar nº 36/2012, que altera a Lei Complementar nº 766, de 19 de junho de 2008, que dispõe sobre o uso e ocupação do solo no Comércio Local Sul, Do Setor de Habitações Coletivas Sul - SHCS - na Região Administrativa de Brasília - RA I e dá outras providências.

Relator: Deputado ~~Chico Leite~~ OLAIR FRANCISCO

Pela Mensagem n.º 153/2012-GAG (fls. 23/24), o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto parcial** ao Projeto de Lei n.º 36 de 2012, de autoria do Poder Executivo.

A proposição foi aprovada com alterações, ficando sua redação final conforme fl. 18.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PLC nº 36 / 2012  
Fls. nº 28 Cor



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	77

2

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, foi oposto **veto parcial** ao conteúdo do art. 2º do projeto por considerar que a vedação à concessão de uso para atividade comercial que perturbe a ordem pública e o decoro social, imposta pelo dispositivo, seria matéria atinente à segurança pública, sendo que nenhuma atividade comercial pode ter licença de funcionamento se causar distúrbios dessa ordem. Acrescenta que as medidas para evitar incômodos aos moradores próximos aos estabelecimentos comerciais já estariam previstas na Lei Complementar 766/2008.

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto em causa.

Sala das Sessões, em

DEPUTADO  
Presidente

DEPUTADO CHICO LEITE  
Relator



Relator

Dep. Olain Francisco



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	78

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

O acordo do Colégio de Líderes é pela manutenção do veto.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>	<b>Sessão/Reunião</b>	<b>Página</b>
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	79



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 30/10/2012

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL  VETO(S) PARCIAL(S) A0(S): Art. 2º

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) 36/12

PROJETO DE LEI Nº(S)

Autor: Deputado(a): \_\_\_\_\_  Executivo

Relator: Deputado(a): Olair Francisco

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBST.*	DV
	AGACIEL MATA	PTC	/					
	ARLETE SAMPAIO	PT	/					
	AYLTON GOMES	PR	/					
	BENEDITO DOMINGOS	PP	/					
	CELINA LEÃO	PSD	/					
	CHICO LEITE	PT	/					
	CHICO VIGILANTE	PT	/					
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	/					
	DOUTOR CHARLES	PTB	/					
	DR. MICHEL	PEN	/					
	ELIANA PEDROSA	PSD	/					
	EVANDRO GARLA	PRB				/		
	JOE VALLE	PSB				/		
	LILIANE RORIZ	PSD				/		
	LUZIA DE PAULA	PEN	/					
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	/					
	PAULO RORIZ	DEM				/		
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PEN	/					
	ROBERTO NEGREIROS	PMDB				/		
	RÔNEY NEMER	PMDB	/					
	WASHINGTON MESQUITA	PSD	/					
	WASNY DE ROURE	PT	/					
	WELLINGTON LUIZ	PPL				/		
	PATRÍCIO	PT	/					
	TOTAL		18			6		

\*(Art.109 parágrafo 8º do RI)

ASSP \_\_\_\_\_ Nº \_\_\_\_\_ Fls.º \_\_\_\_\_  
SECRETÁRIO DEP. Olair Francisco

VOTOS "SIM"	18	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	-	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	06		
OBSTRUÇÃO	-		

CONSOLIDADO POR \_\_\_\_\_ Nº \_\_\_\_\_  
ASSINATURA \_\_\_\_\_ MAT. \_\_\_\_\_ FOLHA Nº \_\_\_\_\_



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	80

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 18 votos favoráveis. Houve 6 ausências.

Total de votantes: 18.

Fica mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria fazer um pedido, um apelo a V.Exa. Está na galeria o pessoal dos clubes. Solicito a inversão de pauta para que seja apreciado o PL nº 1.090, de 2012, que trata da regularização da unidade imobiliária ocupada por associação ou entidade. Se V.Exa. pudesse acatar esse pedido, eu ficaria grato.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Consulto aos Líderes se há acordo para superar o sobrestamento dos itens relativos aos vetos da Ordem do Dia e votar as demais proposições da pauta e itens extrapauta incluídos na Ordem do Dia. (Pausa.)

Havendo acordo, solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura do primeiro item extrapauta, solicitado na questão de ordem pelo Deputado Rôney Nemer. Trata-se do Projeto de Lei nº 1.090, de 2012.

Item extrapauta nº 9:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.090, de 2012, do Poder Executivo, que “dispõe sobre a regularização fundiária de unidade imobiliária ocupada por associação ou entidade sem fins lucrativos e dá outras providências”.

O projeto teve a tramitação concluída.

A Comissão de Constituição e Justiça deverá se manifestar sobre a emenda aprovada na CEOF.

Solicito ao Relator, Deputado Olair Francisco, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a emenda aprovada na CEOF.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PT do B. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça à Emenda Aditiva nº 1 e à Emenda Modificativa nº 2 ao Projeto de Lei nº 1.090, de 2012, do Poder Executivo, que “dispõe sobre a regularização fundiária de unidade imobiliária ocupada por associação ou entidade sem fins lucrativos e dá outras providências”.



<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>	<b>Sessão/Reunião</b>	<b>Página</b>
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	81

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, diante do exposto, somos pela inadmissibilidade da Emenda Aditiva nº 1 e da Emenda Modificativa nº 2, apresentadas na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, ao Projeto de Lei nº 1.090, de 2012.

É o seguinte o parecer, Sr. Presidente:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	82



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

PARECER Nº , DE 2012

*e sobre a emenda MODIFICATIV. N.º 2*

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre a EMENDA ADITIVA nº 01 da COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS ao PROJETO DE LEI Nº 1090, de 2012, que dispõe sobre a regularização fundiária de unidade imobiliária ocupada por associação ou entidade sem fins lucrativos e dá outras providências.

**AUTORIA:** Deputada ELIANA PEDROSA

**RELATOR:** Deputado OLAIR FRANCISCO

### I – RELATÓRIO

Submete-se à apreciação desta Comissão de Constituição e Justiça a Emenda Aditiva nº 01 aprovada na 15ª Reunião Ordinária da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1090, de 2012, apresentado pelo Poder Executivo por meio da Mensagem nº 330/2012-GAG.

A Emenda propõe a não aplicação do disposto no inciso V do art. 6º (que veda o uso da unidade imobiliária, ou parcela desta, de suas edificações ou de área pública adjacente para efetivação de qualquer tipo de empreendimento, ainda que para geração de rendimentos para o concessionário) no caso de instalações voltadas para o exercício complementar de atividades por terceiros nas áreas educacionais, de assistência social, desportivas e de saúde, cuja receita auferida esteja voltada para a sustentabilidade e o custeio das despesas de manutenção da obra social principal da associação ou entidade sem fins lucrativos que ofereça serviços totalmente gratuitos.

É o relatório.

### II – VOTO DO RELATOR

Nos termos do art. 63, inciso I e § 1º, do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, compete a esta Comissão de Constituição e Justiça examinar a admissibilidade das proposições quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, legalidade, regimentalidade, técnica legislativa e redação, emitindo parecer de caráter terminativo quanto aos três primeiros aspectos.

O Projeto de Lei nº 1090, de 2012, pretende possibilitar a concessão de direito real de uso resolúvel de unidades imobiliárias de propriedade da Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP, a associações ou entidades sem fins lucrativos, incluindo aquelas representativas de servidores ou empregados públicos e de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	83



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

categorias profissionais, que desenvolvam atividades desportivas, culturais e recreativas, de lazer e convivência social, mediante licitação com direito de preferência aos atuais ocupantes.

O art. 8º da proposição permite concessão não onerosa em condições especiais (o que inviabiliza o processo licitatório), considerando a prestação pelos concessionários de pelo menos uma atividade de assistência social prevista no art. 5º gratuitamente à população do Distrito Federal.

A proposta de concessão de direito real de uso de imóveis públicos de forma não onerosa beneficia organizações privadas, ficando restritos a determinados grupos os benefícios concedidos, o que contrariaria o interesse público e os princípios de impessoalidade e isonomia. Contudo, o Projeto de Lei determina que atividades de assistência social sejam prestadas como contrapartida, o que caracterizaria os concessionários como entidades assistenciais sem fins lucrativos, enquadrando-os no caso previsto pelo art. 359 da Lei Orgânica do Distrito Federal:

**Art. 359.** *Às entidades filantrópicas e assistenciais sem fins lucrativos, consideradas de utilidade pública, poderá ser outorgada a concessão de direito real de uso sobre imóvel do Distrito Federal, mediante prévia autorização do Poder Legislativo.*

A Emenda em análise propõe a permissão de exercício, por terceiros, de atividades nas áreas educacionais, de assistência social, desportivas e de saúde, com receitas auferidas voltadas para a sustentabilidade e custeio das despesas das atividades assistenciais a serem prestadas. Haveria, portanto, a possibilidade dos concessionários cobrarem taxa de aluguel de parcela do bem público concedido para exercício, por terceiros, de atividades como cursos, academias de ginástica e clínicas.

O disposto na Emenda permitiria atividades com fins lucrativos nos imóveis concedidos, o que contraria o previsto no art. 359 citado. Uma vez que são previstas concessões não onerosas dos imóveis públicos, haveria possibilidade de cobrança de aluguel por valores abaixo dos praticados no mercado, o que causaria desequilíbrio econômico.

Cabe aos concessionários, beneficiários privados de bem público, dispensados de processo licitatório, arcar com a prestação das atividades assistenciais exigidas, como contrapartida mínima pela utilização dos imóveis, para que seja atendido o interesse público exigido no art. 48 da Lei Orgânica:

**Art. 48.** *O uso de bens do Distrito Federal por terceiros poderá ser feito mediante concessão administrativa de uso, permissão ou autorização, conforme o caso e o interesse público, na forma da lei.*



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	84

Diante do exposto, manifestamos voto pela INADMISSIBILIDADE da Emenda Aditiva nº 01 e da Emenda Modificativa nº 2 apresentadas na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, ao Projeto de Lei nº 1.090, de 2012, no âmbito de Comissão de Constituição e Justiça.

Sala de Comissões, de

de 2012

Deputado Chico Leite

Presidente

Deputado Clait Francisco

Relator



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	85



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
*Gabinete da Deputada Eliana Pedrosa*

**EMENDA ADITIVA Nº 01**  
(Da Senhora Deputada Eliana Pedrosa)

Ao Projeto de Lei nº 1.090, de 2012, que  
“dispõe sobre a regularização fundiária de  
unidade imobiliária ocupada por associação  
ou entidade sem fins lucrativos e dá outras  
providências”.

Adite-se ao art. 6º do Projeto de Lei em epígrafe o seguinte parágrafo único:

“Art. 6º .....

Parágrafo único. O disposto no inciso V deste artigo não se aplica quando o uso de suas instalações esteja voltado para o exercício complementar de atividades por terceiros nas áreas educacionais, de assistência social, desportivas e de saúde, cuja receita auferida esteja voltada para a sustentabilidade e o custeio das despesas de manutenção da obra social principal da associação ou entidade sem fins lucrativos que ofereçam serviços totalmente gratuitos.

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda tem por objetivo possibilitar que as entidades de que trata este projeto, todas sem fins lucrativos, possam auferir receitas por meio de parcerias com outras entidades no uso de suas instalações, como forma de dar sustentabilidade e possibilitar o custeio da manutenção das suas atividades principais.

Sala das Sessões,

  
Deputada ELIANA PEDROSA



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	86



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

**EMENDA MODIFICATIVA Nº 02**

Ao Projeto de Lei nº 1090, de 2012, que “dispõe sobre a regularização fundiária de unidade imobiliária ocupada por associação ou entidade sem fins lucrativos e dá outras providências”

O art.10 do Projeto de Lei em epígrafe passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10 O imóvel objeto de concessão do direito real de uso resolúvel pode, a qualquer momento, ser alienado em licitação para venda, desde que se formalize a anuência ou o pedido do concessionário, o qual tem a faculdade de exercer o direito de preferência, em conformidade com as normas do respectivo edital de licitação e dos arts. 513 e seguintes do Código Civil, após aprovação da comunidade através da realização de audiência pública para este fim.

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda tem por objetivo dar transparência ao processo de concessão de direito real de uso e oportunizar a comunidade debater, apresentar sugestão aprimorando o processo licitatório.

Sala das Comissões,

  
Deputada ELIANA PEDROSA

Comissão de Economia, Orçamento e Finanças  
Pl. Nº 1090 / 2012  
Fls. 20 Rubrica



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	87



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO DEPUTADO WASNY DE ROURE

PARECER Nº /2012

ÀS EMENDAS DE PLENÁRIO AO PL Nº 1181/12 QUE “ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR À LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO DISTRITO FEDERAL NO VALOR DE R\$ 4.358.000,00(QUATRO MILHÕES E TREZENTOS E CINQUENTA E OITO MIL REAIS).

**Autor: Poder Executivo**

**Relator: Deputado Wasny de Roure**

**I – RELATÓRIO**

O Projeto de Lei em epígrafe retorna a esta Comissão para análise das emendas de Plenário.

É o relatório.

**II – VOTO DO RELATOR**

Nos termos do inciso II, ‘b’ do art. 64, do Regimento Interno da Câmara Legislativa, compete à Comissão de Economia, Orçamento e Finanças (CEOF) analisar a admissibilidade quanto à adequação orçamentária e financeira das proposições apresentadas e emitir parecer acerca de créditos adicionais<sup>1</sup>.

Dessa forma, somos pela **admissibilidade** e **aprovação** das emendas de Plenário ao Projeto de Lei nº. 1035/2012.

EMENDA	AUTOR	VALOR	SITUAÇÃO
1	PAULO RORIZ	R\$ 150.000,00	APROVADA
2	PAULO RORIZ	R\$ 40.000,00	APROVADA
3	WASNY DE ROURE	R\$ 150.000,00	APROVADA
4	BENEDITO DOMINGOS	R\$ 550.000,00	APROVADA
5	ELIANA PEDROSA	R\$ 460.000,00	APROVADA
6	DR. CHARLES	R\$ 800.000,00	APROVADA
7	WASHINGTON MESQUITA	R\$ 30.000,00	APROVADA
8	ARLETE SAMPAIO	R\$ 3.100.000,00	APROVADA
9	PATRICIO	R\$ 500.000,00	APROVADA

**Deputado AGACIEL MAIA**

**Presidente**

**Deputado WASNY DE ROURE**

**Relator**

<sup>1</sup> Art. 64. Compete à Comissão de Economia, Orçamento e Finanças: [...] II – analisar a admissibilidade quanto à adequação orçamentária e financeira e emitir parecer sobre o mérito das seguintes matérias: [...] a) adequação ou repercussão orçamentária ou financeira das proposições; b) plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, crédito adicional, contas públicas, operações de crédito internas e externas a qualquer título a serem contraídas pelo Governo do Distrito Federal;



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	88



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
Gabinete do Deputado Paulo Roriz

EMENDA ADITIVA Nº 01  
(Do Sr. Deputado Paulo Roriz)

Ao PL nº 1181/12 que “ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR À LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO DISTRITO FEDERAL NO VALOR DE R\$ 4.358.000, 00(QUATRO MILHÕES E TREZENTOS E CINQUENTA E OITO MIL REAIS).

CANCELAMENTO

VALOR: R\$ 150.000,00

UO	ESF	F	SUBF	PROG	AÇÃO	CÓD. SUBT.	SUBTÍTULO	REG	FTE	NAT	QTD	VALOR
11.107	1	27	812	6206	3678	2635	APOIO A REALIZAÇÃO DA 8ª EDIÇÃO DO PEDAL NA SERRA PELA ADM. REGIONAL	05	100	339039	0	100.000,00
11.107	1	27	812	6206	3678	2704	REALIZAÇÃO DE EVENTOS- APOIO AO FUTEBOL AMADOR - LADES- SOBRADINHO	05	100	339030	0	50.000,00

ACRÉSCIMO

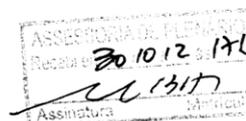
VALOR: R\$ 150.000,00

UO	ESF	F	SUBF	PROG	AÇÃO	CÓD. SUBT.	SUBTÍTULO	REG	FTE	NAT	QTD	VALOR
11.125	1	15	451	6208	1110	6822	EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- VARJÃO	23	100	449051	10,000	150.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda visa atender solicitação da comunidade do Varjão para melhoria nas condições de urbanização.

PAULO RORIZ  
Deputado Distrital



ASSESSORIA DE PLENÁRIO  
Recibo nº 20/10/12 a 17L  
Assinatura



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	89



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
Gabinete do Deputado Paulo Roriz

**EMENDA ADITIVA Nº 02**  
(Do Sr. Deputado Paulo Roriz)

Ao PL nº 1181/12 que “ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR À LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO DISTRITO FEDERAL NO VALOR DE R\$ 4.358.000, 00(QUATRO MILHÕES E TREZENTOS E CINQUENTA E OITO MIL REAIS).

**CANCELAMENTO**

**VALOR: R\$ 40.000,00**

UO	ESF	F	SUBF	PROG	AÇÃO	CÓD. SUBT.	SUBTÍTULO	REG	FTE	NAT	QTD	VALOR
11.113	1	13	392	6219	4090	2505	APOIO A EVENTOS-MISS CRUZEIRO- CRUZEIRO	11	100	339039	0	30.000,00
11109	1	27	812	6206	4091	2221	APOIO A LIGA DESPORTIVA DO PARANÓ – CAMPEONATO DA CIDADE	07	100	339039	0	10.000,00

**ACRÉSCIMO**

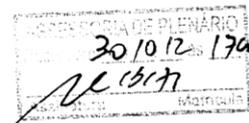
**VALOR: R\$ 40.000,00**

UO	ESF	F	SUBF	PROG	AÇÃO	CÓD. SUBT.	SUBTÍTULO	REG	FTE	NAT	QTD	VALOR
21.207	1	18	813	6006	3678	NOVO	REALIZAÇÃO DE EVENTOS DO JARDIM ZOOLOGICO	19	100	339039	2	40.000,00

**JUSTIFICAÇÃO**

Esta emenda visa atender solicitação da presidência do Jardim Zoológico, por meio do Ofício nº 396/2012-PRES/FJZE, de 16/08/2012.

**PAULO RORIZ**  
Deputado Distrital





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	90



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DEPUTADO WASNY DE ROURE

**EMENDA DE PLENÁRIO Nº 03 (DE 1º TURNO)**  
**(Do Dr. Deputado Wasny de Roure)**

Ao PL nº 1181/12 que “ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR À LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO DISTRITO FEDERAL NO VALOR DE R\$ 4.358.000, 00(QUATRO MILHÕES E TREZENTOS E CINQUENTA E OITO MIL REAIS).

**CANCELAMENTO**

**VALOR: R\$ 150.000,00**

UO	ESF	F	SUBF	PROG	AÇÃO	CÓD. SUBT.	SUBTÍTULO	REG	FTE	NAT	QTDE	VALOR
17902	2	08	243	6211	4153	2262	PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS- CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS PARA	99	100	335039	0	150.000,00

**ACRÉSCIMO**

**VALOR: R\$ 150.000,00**

UO	ESF	F	SUBF	PROG	AÇÃO	CÓD. SUBT.	SUBTÍTULO	REG	FTE	NAT	QTDE	VALOR
17902	2	08	243	6211	4153	2262	PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS- CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS PARA	99	100	445051	1000	150.000,00

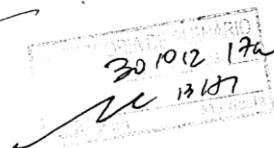
**JUSTIFICAÇÃO**

Ajuste de emenda de autoria do Deputado Wasny de Roure.

Sala das Comissões, em

Deputado Wasny de Roure

PT





<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>	<b>Sessão/Reunião</b>	<b>Página</b>
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	91



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS

EMENDA ADITIVA Nº 04

(Do Sr. Deputado Benedito Domingos)

Ao PL Nº 1481 de 2012 que  
“abre crédito *suplementar* à Lei  
Orçamentária Anual do Distrito Fed-  
eral, no valor de R\$ 4.358.000,00

CANCELAMENTO

VALOR: R\$ 550.000,00

UO	ESF	F	SUBF	PROG	AÇÃO	CÓD. SUBT.	SUBTÍTULO	REG	FTE	NAT	QTDE	VALOR
11105	1	15	451	6208	1110	9718	EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO – EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA-TAGUATINGA	3	100	449051	1000	200.000,00
22101	2	8	242	6211	1095	2751	CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE CONVIVÊNCIA PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS SURDOS E MUDOS DE TAGUATINGA	3	100	449051	1	250.000,00
17101	2	8	242	6211	2094	2541	INCENTIVO AO INSTITUTO DE COOPERAÇÃO FALA BRASIL – ICFB	99	100	445042	1	100.000,00

ACRÉSCIMO

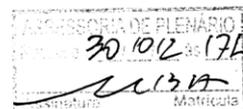
VALOR: R\$ 550.000,00

UO	ESF	F	SUBF	PROG	AÇÃO	CÓD. SUBT.	SUBTÍTULO	REG	FTE	NAT	QTDE	VALOR
16101	1	13	392	6219	4090	NOVO	FOMENTO CULTURAL NO DISTRITO FEDERAL	99	100	339039	2	550.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Objetiva realocar recursos previstos na LOA/2012 em apoio a projetos culturais no Distrito Federal.

Deputado (Benedito Domingos)





<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>	<b>Sessão/Reunião</b>	<b>Página</b>
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	92



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS

EMENDA ADITIVA Nº 05  
(Da Deputada Eliana Pedrosa)

AO PROJETO DE LEI Nº 1181, DE 2012, QUE ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR À LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO DISTRITO FEDERAL NO VALOR DE R\$ 4.358.000,00 (QUATRO MILHÕES E TREZENTOS E CINQUENTA E OITO MIL REAIS).

**CANCELAMENTO**

**VALOR: R\$ 460.000,00**

UO	ESF	F	SUBF	PROG	AÇÃO	CÓD. SUBT.	SUBTÍTULO	REG	FTE	NAT	QTDE	VALOR
16101	F	13	392	6219	3678	2785	APOIO AO PROJETO STUDIO MUSICAL – RECANTO DAS EMAS	15	100	335039		200.000,00
11115	F	25	451	6209	1763	9502	IMPLANTAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA AC 200 – SANTA MARIA	13	100	449051		110.000,00
11115	F	15	451	6216	5071	4293	CONSTRUÇÃO DE ESTACIONAMENTO NA AC 200 CONJ. B - SANTA MARIA.	13	100	449051		150.000,00

**ACRÉSCIMO**

**VALOR: R\$ 460.000,00**

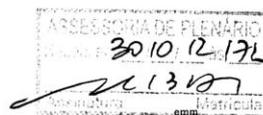
UO	ESF	F	SUBF	PROG	AÇÃO	CÓD. SUBT.	SUBTÍTULO	REG	FTE	NAT	QTDE	VALOR
16101	F	13	392	6219	3678	2785	APOIO AO PROJETO STUDIO MUSICAL – RECANTO DAS EMAS	15	100	339039		200.000,00
11115	F	25	451	6209	1763	NOVO	IMPLANTAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM SANTA MARIA	13	100	449051		110.000,00
11115	F	15	451	6216	5071	NOVO	CONSTRUÇÃO DE ESTACIONAMENTO EM SANTA MARIA	13	100	449051		150.000,00

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda tem por objetivo viabilizar a realização de eventos e obras nas RAs.

Sala das Sessões, em

  
**ELIANA PEDROSA**  
Deputada Distrital





<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>	<b>Sessão/Reunião</b>	<b>Página</b>
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	93

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

EMENDA ADITIVA Nº 06

(Do Sr. Deputado Doutor Charles)

Ao PL Nº 1181 de 2012, ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR À LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO DISTRITO FEDERAL NO VALOR DE R\$ 4.358.000,00(QUATRO MILHÕES E TREZENTOS E CINQUENTA E OITO MIL REAIS).

CANCELAMENTO

VALOR: R\$ 800.000,00

UO	ESF	F	SUBF	PROG	AÇÃO	CÓD. SUBT.	SUBTÍTULO	REG	FTE	NAT	QTDE	VALOR
16101	1	27	812	6206	4090	2598	APOIO A EVENTOS-FUTEBOL COM ARTISTAS	99	100	339039	1	800.000,00

ACRÉSCIMO

VALOR: R\$ 800.000,00

UO	ESF	F	SUB F	PROG	AÇÃO	CÓD SUBT	SUBTÍTULO	REG	FTE	NAT	QTDE	VALOR
16101	1	27	812	6206	4090	Novo	Apoio a eventos Culturais	99	100	339039	1	800.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Apoio a eventos culturais

Deputado Doutor Charles

ASSERÇÃO DE PLENÁRIO  
30/10/12  
M. 1417



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	94



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS

EMENDA MODIFICATIVA (DE PLENÁRIO) Nº 07

(Do Sr. Deputado WASHINGTON MESQUITA)

Ao PL Nº 1181/2012, que “Abre Crédito Suplementar à Lei Orçamentária Anual, no valor de R\$ 4.358.000,00 (quatro milhões, trezentos e cinquenta e oito mil reais)

ALTERE-SE O CANCELAMENTO/ACRÉSCIMO

DE:

VALOR: R\$ 30.000,00

UO	ESF	F	SUBF	PROG	AÇÃO	CÓD. SUBT.	SUBTÍTULO	REG	FTE	NAT	QTDE	VALOR
11111	1	13	392	6219	4090	2476	APOIO FESTA DA FAMÍLIA NA QNO 18 CONJ. 17 – EXP. SETOR O	09	100	339039	1	30.000,00

PARA:

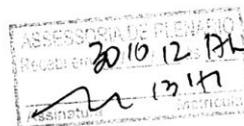
VALOR: R\$ 30.000,00

UO	ESF	F	SUBF	PROG	AÇÃO	CÓD. SUBT.	SUBTÍTULO	REG	FTE	NAT	QTDE	VALOR
16101	1	13	392	6219	4090	NOVO	APOIO AO EVENTO CANTATAS DE NATAL	99	100	339039	1	30.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo proceder à readequação orçamentária de emenda de minha autoria, à Lei Orçamentária Anual de 2012.

Deputado WASHINGTON MESQUITA





<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>	<b>Sessão/Reunião</b>	<b>Página</b>
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	95

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
**Quadro Detalhamento Despesa**

Unidade Gestora 190111 ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA  
Gestão 00001 TESOURO  
Mês de Referência 10 - Outubro

Exercício: 2012  
PSIAO110  
Posição em 30/10/2012

Natur.	Fonte ID	Lei	Alteração	Movimentação	Bloqueado	Despesa Autorizada	Empenhado	Disponível	Liquidado
339039	100 0	300.000,00	300.000,00 -	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL</b>		<b>300.000,00</b>	<b>300.000,00 -</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Esfere 1</b>	<b>FISCAL</b>	<b>Programa Trabalho</b>	13.392.6219.4090.2476	APOIO A FESTA DA FAMÍLIA NA QND 18, CONJUNTO 17 - EXPANSÃO DO SETOR O™					
339039	100 0	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL</b>		<b>50.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>50.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Esfere 1</b>	<b>FISCAL</b>	<b>Programa Trabalho</b>	13.392.6219.4090.2477	PROJETO CULTURAL FESTA DO PADROEIRO SÃO LUCAS					
339039	100 0	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL</b>		<b>200.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>200.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Esfere 1</b>	<b>FISCAL</b>	<b>Programa Trabalho</b>	13.392.6219.4090.2478	LOUVOR A PENTECOSTES - PARÓQUIA SÃO MARCOS E SÃO LUCAS DO P NORTE					
339039	100 0	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL</b>		<b>100.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>100.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Esfere 1</b>	<b>FISCAL</b>	<b>Programa Trabalho</b>	13.392.6219.4090.2479	APOIO A VIA SACRA NA CEILÂNDIA					
339039	100 0	130.000,00	0,00	130.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL</b>		<b>130.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>130.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Esfere 1</b>	<b>FISCAL</b>	<b>Programa Trabalho</b>	13.392.6219.4090.2480	APOIO A VIA SACRA DA PARÓQUIA SANTO ANTÔNIO					
339039	100 0	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL</b>		<b>100.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>100.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Esfere 1</b>	<b>FISCAL</b>	<b>Programa Trabalho</b>	13.392.6219.4090.2481	FESTA DO TRABALHADOR P-NORTE					
339039	100 0	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00	30.000,00	29.995,16	4,84	29.995,16
<b>SUBTOTAL</b>		<b>30.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>30.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>30.000,00</b>	<b>29.995,16</b>	<b>4,84</b>	<b>29.995,16</b>
<b>Esfere 1</b>	<b>FISCAL</b>	<b>Programa Trabalho</b>	13.392.6219.4090.2489	APOIO A EVENTOS-APOIO A EXECUÇÃO DO PROJETO CULTURAL CIDADÃO FELIZ- CEILÂNDIA					
339039	100 0	0,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00	0,00	100.000,00
<b>SUBTOTAL</b>		<b>0,00</b>	<b>100.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>100.000,00</b>	<b>100.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>100.000,00</b>
<b>Esfere 1</b>	<b>FISCAL</b>	<b>Programa Trabalho</b>	13.392.6219.4090.2560	APOIO A EVENTOS-PROJETO FREQUÊNCIA AMBIENTAL NAS ESCOLAS- CEILÂNDIA					
335039	100 0	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL</b>		<b>0,00</b>	<b>100.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>100.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Esfere 1</b>	<b>FISCAL</b>	<b>Programa Trabalho</b>	14.422.6219.4091.2222	APOIO AOS PROJETOS DA PREFEITURA COMUNITARIA DO SETOR P SUL					
339039	100 0	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL</b>		<b>100.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>100.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Esfere 1</b>	<b>FISCAL</b>	<b>Programa Trabalho</b>	15.451.6003.3903.2365	REFORMA DE FEIRAS					
449051	100 0	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL</b>		<b>500.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>500.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Esfere 1</b>	<b>FISCAL</b>	<b>Programa Trabalho</b>	15.451.6003.3903.9662	REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CEILÂNDIA					

Emitido por: WASHINGTON



<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>	<b>Sessão/Reunião</b>	<b>Página</b>
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	96



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

EMENDA DE PLENÁRIO Nº 08 (DE 1º TURNO)  
(Da Sra. Líder de Governo)

Ao Projeto de Lei nº 1.181, de 2012,  
que abre crédito suplementar à Lei  
Orçamentária Anual do Distrito  
Federal no valor de R\$ 4.358.000,00  
(quatro milhões e trezentos e  
cinquenta e oito mil reais).

CANCELAMENTO

VALOR: R\$ 3.100.000,00

UO	ESF	F	SUBF	PROG	AÇÃO	CÓD. SUBT.	SUBTÍTULO	REG	FTE	NAT	VALOR
51.101	1	14	243	6223	4217	0001	Manutenção do Sistema Sócio-educativo – Distrito Federal	99	100	3390-39	3.100.000,00

ACRÉSCIMO

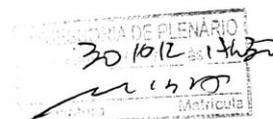
VALOR: R\$ 3.100.000,00

UO	ESF	F	SUBF	PROG	AÇÃO	CÓD. SUBT.	SUBTÍTULO	REG	FTE	NAT	VALOR
51.101	1	14	243	6223	2767	9722	Manutenção e Funcionamento dos Conselhos Tutelares – Distrito Federal	99	100	3390-39	3.100.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda objetiva a realização da eleição dos Conselhos Tutelares do Distrito Federal.  
Sala das Sessões,

Deputada **ARLETE SAMPAIO**  
Líder de Governo





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	97



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO DEPUTADO PATRÍCIO

EMENDA ADITIVA Nº 09, DE 2012.  
(Do Deputado Patrício)

Ao Projeto de Lei nº 1181, de 2012, que *Abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 4.358.000,00 (quatro milhões e trezentos e cinquenta e oito mil reais)*

CANCELAMENTO

UO	ESF	F	SUBF	PROG	AÇÃO	Cód. Subt.	SUBTÍTULO	REG	FTE	NAT	QTDE	VALOR
11116	1	15	451	6208	1110	2797	EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO EM SÃO SEBASTIÃO	99	100	449051	2000	R\$ 500.000,00

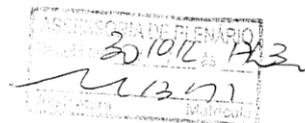
SUPLEMENTAÇÃO

UO	ESF	F	SUBF	PROG	AÇÃO	Cód. Subt.	SUBTÍTULO	REG	FTE	NAT	QTDE	VALOR
16101	1	13	392	6219	3678	2334	APOIO ÀS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE CULTURA	99	100	339039	1	R\$ 350.000,00
16101	1	13	392	6219	3678	NOVO	POPULARIZANDO A SINFONIA – ORQUESTRA FILARMÔNICA DE BRASÍLIA	99	100	339039	2	R\$ 150.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por escopo ajustar emendas de minha própria autoria.

Deputado Patrício  
PT





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	98



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E  
ORÇAMENTO



OFÍCIO Nº 1.042 /2012 – GABINETE

Brasília, 30 de outubro de 2012.

Exma. Senhora Deputada,

Conforme entendimentos mantidos na data de ontem com a Assessoria da Liderança de Governo e com a Coordenadoria de Assuntos Legislativos da Secretaria de Estado de Governo, venho solicitar-lhe a gentileza de apresentar, como Líder do Governo na Câmara Legislativa, ao Projeto de Lei nº 1.181, de 2012, que abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 4.358.000,00 (quatro milhões e trezentos e cinquenta e oito mil reais), a Emenda Aditiva de Plenário, em anexo, com o objetivo de liberar recursos para a realização da eleição dos conselhos tutelares do Distrito Federal.

Sendo o que se apresenta para o momento, colocamo-nos à disposição de V. Exa. para os esclarecimentos que se fizerem necessários, ao mesmo tempo em que apresentamos nossos agradecimentos.

Respeitosamente,

WANDERLY FERREIRA DA COSTA  
Secretária-Adjunta

À Sua Excelência a Senhora  
Deputada ARLETE SAMPAIO  
Líder do Governo  
Câmara Legislativa do Distrito Federal  
NESTA



<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>	<b>Sessão/Reunião</b>	<b>Página</b>
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	99



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

EMENDA DE PLENÁRIO Nº 08 (DE 1º TURNO)  
(Da Sra. Líder de Governo)

Ao Projeto de Lei nº 1.181, de 2012,  
que abre crédito suplementar à Lei  
Orçamentária Anual do Distrito  
Federal no valor de R\$ 4.358.000,00  
(quatro milhões e trezentos e  
cinquenta e oito mil reais).

CANCELAMENTO

VALOR: R\$ 3.100.000,00

UO	ESF	F	SUBF	PROG	AÇÃO	CÓD. SUBT.	SUBTÍTULO	REG	FTE	NAT	VALOR
51.101	1	14	243	6223	4217	0001	Manutenção do Sistema Sócio-educativo – Distrito Federal	99	100	3390-39	3.100.000,00

ACRÉSCIMO

VALOR: R\$ 3.100.000,00

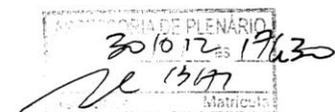
UO	ESF	F	SUBF	PROG	AÇÃO	CÓD. SUBT.	SUBTÍTULO	REG	FTE	NAT	VALOR
51.101	1	14	243	6223	2767	9722	Manutenção e Funcionamento dos Conselhos Tutelares – Distrito Federal	99	100	3390-39	3.100.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda objetiva a realização da eleição dos Conselhos Tutelares do Distrito Federal.

Sala das Sessões,

  
Deputada ARLETE SAMPAIO  
Líder de Governo





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	100

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça às emendas ao Projeto de Lei nº 1.090, de 2012. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.090, de 2012.

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Para discutir. Sem revisão da oradora.)  
– Sr. Presidente, eu gostaria de ter acesso aos motivos pelos quais a CCJ está rejeitando a minha emenda, que já passou em todas as outras comissões. Eu gostaria de conhecer os motivos para poder discutir, porque foi dito *en passant*. Não foi apresentada a justificativa.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – V.Exa. pode ter acesso ao referido projeto, que se encontra aqui. Solicito à Assessoria do Plenário que o encaminhe à Deputada Eliana Pedrosa.

Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Para discutir. Sem revisão da oradora.)  
– Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo aos colegas. A emenda se remete a entidades sem fins lucrativos, igrejas, entidades que fazem trabalhos com creches, com dependentes químicos. Eventualmente, dentro do seu espaço, se faz uma atividade para ter lucro. Lucro para ser aplicado às suas atividades. Por exemplo, as igrejas fazem quermesses. Aquele dinheiro, o resultado daqueles recursos é aplicado na própria entidade, para financiar as suas atividades filantrópicas. Essa lei é para permitir isso, e essas entidades estão sendo consideradas como se fossem ter lucro comercial, como empresas.

Acho que há um equívoco no parecer da CCJ. Fiz a emenda restringindo àquelas atividades entidades que militam na área educacional, como creche, igrejas, que fazem trabalhos com dependentes químicos. Sabemos que, às vezes, o simples valor de convênio ou de captação dessas entidades é insuficiente para manter a entidade ou para que ela possa fazer o seu trabalho filantrópico. Fiz isso baseada na minha experiência de Secretária de Desenvolvimento Social.

Faço esse alerta para que os colegas possam olhar isso com mais cuidado. Farei a leitura da emenda: Parágrafo único. "O disposto no inciso V deste artigo não se aplica quando o uso de suas instalações esteja voltado para o exercício



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	101

complementar de atividades por terceiros nas áreas educacionais, de assistência social, desportivas e de saúde, cuja receita auferida esteja voltada para a sustentabilidade e o custeio das despesas de manutenção da obra social principal da associação ou entidade sem fins lucrativos que ofereçam serviços totalmente gratuitos”.

Então, não é qualquer atividade de terceiros, não. É aquela que reverterá em prol daquela entidade, para que ela tenha sustentabilidade nos seus projetos sociais. É simplesmente isso.

Vejo com perplexidade o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. Peço destaque da emenda.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Olair Francisco.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PT do B. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Deputada Eliana Pedrosa, o entendimento, o sonho, a vontade de V.Exa. é exemplar. Eu a entendo. Mas na prática, o cidadão que estará lá defendendo a questão pública pode fazer outra coisa. Ele pode também pegar a questão do lote de clube e fazer um contrato, montar um *shopping* ou outro negócio, e aquilo pode virar um ponto comercial de grandes lucros, que não é a fundamentação.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Não, Deputado. Não estou falando de clubes. Fiz menção a entidades sem fins lucrativos, que têm um trabalho gratuito a oferecer à comunidade e exclusivo em determinadas áreas.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero apenas chamar a atenção da Deputada Eliana Pedrosa para uma questão. Uma entidade sem fins lucrativos que exerce atividades sociais continua sendo considerada atividade sem fins lucrativos ao fazer bazares e pequenos eventos que possam ampliar a sua receita. Isso é totalmente pertinente e não muda a característica dela. Portanto, a emenda me parece desnecessária.

Com relação à segunda emenda, nós nos preocupamos porque se uma dessas associações decidir colocar no seu interior uma academia ou uma clínica e começar a cobrar, isso também muda completamente a destinação definida antes, de entidade sem fins lucrativos ou associações como clubes.

Por isso a nossa proposição de rejeição das duas emendas.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Olair Francisco.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	102

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PT do B. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Projeto de Lei nº 1.090 só trata de áreas para clubes, no Distrito Federal. Não há a questão de igrejas etc.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação, em primeiro turno, o projeto, ressalvadas as emendas.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Em votação o destaque apresentado pela Deputada Eliana Pedrosa.

Emenda Aditiva nº 1, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, ao Projeto de Lei nº 1.090, de 2012, que “dispõe sobre a regularização fundiária de unidade imobiliária ocupada por associação ou entidade sem fins lucrativos e dá outras providências”.

Adite-se ao art. 6º do Projeto de Lei em epígrafe o seguinte parágrafo único:

“Art. 6º.....

Parágrafo único. O disposto no inciso V deste artigo não se aplica quando o uso de suas instalações esteja voltado para o exercício complementar de atividades por terceiros nas áreas educacionais, de assistência social, desportivas e de saúde, cuja receita auferida esteja voltada para a sustentabilidade e o custeio das despesas de manutenção da obra social principal da associação ou entidade sem fins lucrativos que ofereçam serviços totalmente gratuitos.

Emenda Modificativa nº 2, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, ao Projeto de Lei nº 1.090, de 2012, que “dispõe sobre a regularização fundiária de unidade imobiliária ocupada por associação ou entidade sem fins lucrativos e dá outras providências”.

O art. 10 do Projeto de Lei em epígrafe passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10 O imóvel objeto de concessão do direito real de uso resolúvel pode, a qualquer momento, ser alienado em licitação para venda, desde que se formalize a anuência ou o pedido do concessionário, o qual tem faculdade de exercer o direito de preferência, em conformidade com as normas do respectivo edital de licitação e dos artigos 513 e seguintes do Código Civil, após aprovação da comunidade através da realização de audiência pública para este fim”.

Em discussão os destaques apresentados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	103

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT/PRB. Como Líder. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, oriento as bancadas do Partido dos Trabalhadores e do PRB, as quais lidero, para votarem contrários às duas emendas.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (Como Líder do Governo. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, peço a todos os Parlamentares da base aliada, pelas razões já expostas, que rejeitem as emendas.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Como Líder. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, estou pedindo que prestem atenção nessa votação. Vou fazer um pedido de encaminhamento: que não votemos o segundo turno desse projeto hoje, para dar tempo de uma reflexão maior.

Por exemplo, o Deputado Rôney Nemer entendeu ser um projeto só de clubes, e não é só de clubes. Não é só de clubes. Entendeu? Estou fazendo um pedido para que não seja votado em segundo turno. Vou ler: "regularização fundiária de unidade imobiliária ocupada por associação ou entidade sem fins lucrativos e dá outras providencias". Está certo? Isso abarca não apenas clubes. Não está fazendo uma ressalva "com atividades de clubes", etc. Não. Está abrangendo todas as associações e entidades sem fins lucrativos, tanto é que o art. 5º dispõe: ampara crianças e adolescentes carentes, e por aí vai.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Eu sei que os clubes são, mas as outras entidades também o são, e aqui não houve uma separação. Que não votemos o segundo turno hoje, que a gente faça uma melhor reflexão, faça um estudo melhor para ver se é isso mesmo.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB/PPL/PTC e PT do B. Como Líder. Para



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	104

encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu oriento a nossa bancada a também votar contra as duas emendas.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA (Bloco Social Ecológico. Como Líder. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu também oriento a bancada a seguir a orientação da Liderança de Governo.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que são contrários às emendas permaneçam como estão; os que forem favoráveis queiram manifestar-se. (Pausa.)

As emendas estão rejeitadas com a presença de 17 Deputados. Houve 2 votos favoráveis, que são os votos das Deputadas Eliana Pedrosa e Celina Leão.

Item extrapauta nº 1:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.203, de 2012, do Poder Executivo, que "abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais)".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu tenho um compromisso às 19 horas e há um projeto no qual eu gostaria de fazer um debate sobre uma emenda parlamentar que estamos fazendo em plenário. É o projeto de lei de acesso à informação. Eu queria pedir a V.Exa. se poderíamos inverter a pauta e que ele fosse o projeto a ser votado antes da minha saída. A Deputada Eliana Pedrosa também terá de sair.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	105

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Nós faremos a apreciação do item nº 2 e o próximo será este projeto.

Item extrapauta nº 2:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.181, de 2012, do Poder Executivo, que "abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 4.358.000,00 (quatro milhões, trezentos e cinquenta e oito mil reais)".

O projeto teve a tramitação concluída. Foram apresentadas nove emendas de plenário.

A Presidência designa o Deputado Wasny de Roure para emitir parecer sobre as emendas.

Solicito ao Relator, Deputado Wasny de Roure, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre as emendas de plenário.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu proponho que sigamos a votação enquanto se resolve a questão da emenda de que tomamos conhecimento neste momento.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Deputada, nós estamos em outro processo de votação, o do item extrapauta nº 2. O Deputado Wasny de Roure vai proferir parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para emitir parecer.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o parecer:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	106

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para registrar que a Emenda nº 8, de autoria da Deputada Arlete Sampaio, é uma solicitação da Secretaria de Planejamento, e S.Exa., na qualidade de Líder, tem a prerrogativa de apresentar.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Wasny de Roure.

Em discussão, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item extrapauta nº 3:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.204, de 2012, do Poder Executivo, que "abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 4.586.763,00 (quatro milhões, quinhentos e oitenta e seis mil, setecentos e sessenta e três reais)".

O projeto teve a tramitação concluída nas comissões. Foi apresentada uma emenda de plenário.

Solicito ao Relator, Deputado Wasny de Roure, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.204, de 2012, do Poder Executivo, que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	107

"abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 4.586.763,00 (quatro milhões, quinhentos e oitenta e seis mil, setecentos e sessenta e três reais)".

Sr. Presidente, no âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, o parecer à emenda é de rejeição, em face de o recurso ter sido recentemente suplementado pelo Governo do Distrito Federal no que tange à gestão de informação e dos sistemas de TI da Casa Civil do Distrito Federal. O recurso é da ordem de R\$1.507.628,00 (um milhão quinhentos e sete mil seiscentos e vinte e oito reais) e foi remanejado para uma série de programas. Neste momento, seria danificar um projeto que está em processo de licitação e, portanto, de efetivação no âmbito daquela secretaria.

Esse é o motivo da rejeição da referida proposição da nobre Deputada.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Para discutir. Sem revisão da oradora.)  
– Sr. Presidente, eu gostaria de discutir a rejeição da emenda, porque estão sendo cancelados vários itens referentes à construção de quadras esportivas na Ceilândia, Samambaia, Santa Maria, Riacho Fundo II, enfim, várias quadras que, inclusive, são pedidos da comunidade, muitas delas estão inclusas no orçamento participativo.

Eu verifiquei que, desde janeiro, há um recurso na Casa Civil de gestão da informação que não foi mexido até agora. Quer dizer, vamos entrar em novembro e não foi mexido até agora! Será que não poderíamos retirar esse recurso, para não cancelarmos essas obras que são pedidos da comunidade? São quadras de esporte em diversas cidades e construção de habitação no Dnocs e no Sol Nascente, que também é uma demanda de moradia daquelas populações, daquelas cidades.

Então, estou pedindo o destaque desta emenda e faço este apelo aos colegas: que possam observar que estão cancelando várias quadras esportivas em várias cidades, e há um recurso que está parado, que não foi usado até agora e possivelmente não será usado. Portanto, não teria sentido deixá-lo lá parado, enquanto se está fazendo esse cancelamento todo.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, matéria orçamentária é uma matéria intimamente ligada ao planejamento econômico. O que nós temos, por parte da Casa Civil, e que foi recentemente alvo de um projeto de suplementação orçamentária, é a implantação da TI, ou seja, o governo está estruturando, no âmbito da Casa Civil, um procedimento de informatização que esteve, ao longo dos anos, negligenciado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	108

Inclusive, foi exatamente nesta área que surgiu a maioria dos inúmeros problemas que redundaram na Caixa de Pandora. O que o governo está fazendo é reverter os quadros de dependência das empresas terceirizadas na área da informatização e implantá-la. Tanto é verdade que a Casa Civil propôs, recentemente, projeto no sentido do fortalecimento da informática.

Deputada Eliana Pedrosa, V.Exa. sabe do maior respeito que tenho por V.Exa. Como V.Exa., todos nós visitamos escolas, reunimo-nos com a comunidade. Na semana passada, estive, inclusive, Sr. Presidente — na quinta-feira passada —, no Recanto das Emas, onde a Liga de Esporte pedia, corretamente, Deputada Arlete Sampaio, a implantação de um campo sintético.

Sr. Presidente, como Relator, teria a maior disposição, mas não posso fazer diante de um programa que foi previamente debatido, discutido e agora apresentado. Nós estamos, Deputada Arlete Sampaio, a 45 dias para encerrar o período legislativo, não teremos tempo de aprovar um projeto, entrar no sistema e fazer licitação. Tirarmos as possibilidades de implantar um programa de informatização que passa pelo processo licitatório, para introduzir outro programa e iniciar outro processo licitatório, isso é inexecutável.

Eu peço a compreensão da Deputada Eliana Pedrosa para que nós possamos dar encaminhamento ao referido projeto de lei. Foi esse o motivo, Deputada, por que eu não tive condições de aceitar a sua emenda.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Tudo bem, Deputado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Ok, Deputado Wasny de Roure e Deputada Eliana Pedrosa?

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Da mesma maneira, se não há tempo hábil para fazer uma coisa, não há tempo hábil para fazer outra.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Ah, pois é, mas essas informações não estão... Está parado lá o recurso. Está lá paradinho. E não foi anunciada, também, a licitação.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concluiu, Deputada Eliana Pedrosa? V.Exa. concluiu?

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Está certo. Eu não vi o edital. Então, estou falando que não entendi o argumento, mas V.Exa. tem todo o direito de ter sua opinião, e eu mantenho a minha de que as quadras das cidades sejam preservadas. Obviamente, vamos encaminhar. Devo ser voto solo, também, mas não posso deixar



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	109

de registrar a importância desses equipamentos nas mais diversas cidades aqui do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Ok.

Continua em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Deputada Eliana Pedrosa, V.Exa. destacou a emenda. Vai manter o destaque? (Pausa.)

Ok. Então, vamos votar em primeiro turno e, posteriormente, o destaque.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.204, de 2012. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Em discussão a emenda destacada. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que são contrários à emenda destacada permaneçam como estão; os que forem favoráveis queiram manifestar-se. (Pausa.)

A emenda destacada está rejeitada com a presença de 16 Deputados. Houve 2 votos favoráveis.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Chegaram a um acordo sobre as emendas do projeto? Não chegaram ainda?

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Então, vamos para outro item.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	110

Item extrapauta nº 4:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.089, de 2012, de autoria do Poder Executivo, que "autoriza o Distrito Federal a proceder à incorporação ao patrimônio da Companhia do Metropolitano do Distrito Federal – METRÔ-DF do imóvel que menciona".

O projeto teve a tramitação concluída.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Sem revisão da oradora.) – Eu gostaria que V.Exa. colocasse como próximo item de pauta o projeto de lei da transparência, porque nós não chegamos a um acordo, então vou fazer o destaque da emenda da bancada do PSD e fazer a defesa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esse projeto que acabamos de votar tem a maior importância no sentido de fortalecimento da empresa do Metrô-DF. A unidade mobiliária passa a constituir-se patrimônio da empresa e, portanto, esta poderá flexibilizar seu uso para finalidades de natureza comercial, potencializando uma empresa que tem um papel extremamente relevante no sistema de transporte do Distrito Federal.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Todos os projetos daqui para frente têm emenda. O único em que há discordância, em que nós temos problema, é o da transparência. Então, os Líderes poderiam chegar a um acordo – V.Exa., Deputada Celina Leão, está respondendo pelo PSD –, para que a gente possa dar uma celeridade na votação.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Tentamos construir o acordo e não foi possível, Sr. Presidente. Então, nós vamos ter que encaminhar.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	111

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Ok. Então, nós vamos seguir a ordem da votação — o de V.Exa. é o item nº 8 — para darmos celeridade, e depois votarmos em segundo turno os projetos.

Item extrapauta nº 5:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.093, de 2012, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei nº 1.254, de 8 de novembro de 1996, que dispõe quanto ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item extrapauta nº 6:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 904, de 2012, de autoria do Poder Executivo, que "dispõe sobre a concessão de direito real de uso de terreno público integrante do conjunto urbanístico de Brasília, imóvel situado no Setor de Clubes Sul, trecho 02, lote 17, inserido em área tombada pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional".

O projeto teve a tramitação concluída. Foram apresentadas duas emendas de plenário. As comissões deverão se manifestar sobre as emendas.

Solicito ao Relator, Deputado Rôney Nemer, que emita parecer da Comissão de Assuntos Fundiários sobre as emendas de plenário.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Fundiários ao Projeto de Lei nº 904, de 2012, de autoria do Poder Executivo, que "dispõe sobre a concessão de direito real de uso de terreno público integrante do conjunto urbanístico de Brasília, imóvel situado no Setor de Clubes Sul, trecho 02, lote 17, inserido em área tombada pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional".

Na verdade, Deputado Wasny de Roure, é porque na Comissão de Constituição e Justiça — nós discutimos isso naquele dia — foi feita uma emenda de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	112

mérito e não sobre juridicidade, constitucionalidade. E aí, no dia do plenário, eu pedi que retornasse — foi isso, Deputado Chico Leite? — à Comissão de Assuntos Fundiários, que é a comissão de mérito, para que a gente desse o parecer. É por isso, meu Líder, que estamos aqui fazendo.

O parecer da Comissão de Assuntos Fundiários ao Projeto de Lei nº 904, de 2012, é pela rejeição da Emenda Aditiva nº 1 de Plenário e pela rejeição da Emenda Modificativa nº 2 de Plenário, bem como a aprovação do Substitutivo já aprovado na CAF anteriormente, com as emendas aprovadas na CCJ.

Esse é o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão o parecer da CAF.  
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Solicito ao Relator, Deputado Olair Francisco, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PT do B. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 904, de 2012, de autoria do Poder Executivo, que "dispõe sobre a concessão de direito real de uso de terreno público integrante do conjunto urbanístico de Brasília, imóvel situado no Setor de Clubes Sul, trecho 02, lote 17, inserido em área tombada pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional" rejeita as Emendas nºs 1 e 2 de Plenário.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão o parecer da CCJ.  
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	113

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 7:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.207, de 2012, de autoria do Poder Executivo, que "institui o programa ICMS em dia e dá outras providências".

O projeto teve a tramitação concluída.

Foram apresentadas sete emendas de plenário.

Solicito ao Relator, Deputado Wasny de Roure, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.207, de 2012, de autoria do Poder Executivo, que "institui o programa ICMS em dia e dá outras providências".

O parecer da Comissão às Emendas de Plenário é o seguinte: a Emenda nº1, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, está acolhida; a Emenda nº2, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, está rejeitada; a Emenda nº3, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, está rejeitada. No lugar da palavra podem, é devem. A lei tributária não pode ser flexível, tem que ser clara. A Emenda nº 4, de autoria da mesma Deputada, trata de apresentação de procuração em caráter genérico, e a matéria exige que a procuração seja específica. Portanto, está rejeitada.

Também a Emenda nº 5, que procura suprimir o § 5º, do art. 3º, compromete o próprio projeto de lei. Portanto, está rejeitada.

A Emenda nº 6 trata do valor mínimo da parcela, previsto no projeto original, de cem reais. A proponente reduz para cinquenta reais. Portanto, o custo operacional é basicamente esse. Eu rejeito a referida proposição.

A Emenda Aditiva nº 7, da mesma Parlamentar, ao referido PL 1.207, introduz outros tributos, não apenas o ICMS, que há convênio prévio para a matéria, como o ISS, o IPTU e IPVA. Não há provisão orçamentária na LDO para a referida concessão do benefício. Portanto, rejeito a referida proposta.

Sr. Presidente, é o nosso parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	114

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 8:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 932, de 2012, do Poder Executivo, que "regula o acesso a informações no Distrito Federal, previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal e nos termos do art. 45, da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e dá outras providências". Em tramitação conjunta com o Projeto de Lei nº 1.027, de 2012, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que "dispõe sobre a divulgação de informações sobre servidores públicos e sistema remuneratório do serviço público do Distrito Federal, e dá outras providências".

O projeto teve a tramitação concluída. O Projeto de Lei nº 932 recebeu parecer favorável da Comissão de Ética, enquanto o Projeto de Lei nº 1.027 recebeu parecer contrário daquela Comissão. Nesse sentido, solicito à Comissão de Constituição e Justiça que profira parecer sobre os Projetos de Lei nºs 932, de 2012, e 1.027, de 2012, e uma emenda que foi apresentada.

A Presidência designa o Deputado Chico Leite para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Chico Leite, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há uma resolução da Comissão de Constituição e Justiça no sentido de que, ausente o Deputado, é possível se admitir a relatoria *ad hoc*, por meio de sua assessoria. Nós assim admitimos. V.Exa. se lembra disso, não é? É admissível o relatório *ad hoc*, de maneira que, sendo assim, nós podemos, com a referência do Deputado Joe Valle, Relator original, fazê-lo.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	115

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, antes do relato do Deputado Chico Leite, nós propusemos aqui uma emenda, que eu acho que é muito importante na questão da fiscalização legislativa, e nós estamos aqui, com a ausência dos Parlamentares do bloco do PSD, que foram os autores da emenda. Eu acho que é muito importante que os Parlamentares estejam presentes, principalmente a participação do Deputado Cristiano Araújo.

Então, eu gostaria de pedir que, se houvesse condição, V.Exa. colocasse o projeto em votação na semana que vem, assim que estivessem aqui todos os Parlamentares interessados, porque eu acho que há um interesse na matéria, que é a questão da fiscalização dos Parlamentares.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Deputado Chico Leite, Deputada Celina Leão, eu conversei com a Líder do Governo, inclusive estamos com a Assessoria de Plenário aqui. Nós vamos retirar o projeto de pauta, para votação na semana que vem.

Os Parlamentares de todos os blocos têm até terça-feira para apresentar as emendas que quiserem e construir os acordos. Na terça-feira, no Colégio de Líderes, o Deputado Prof. Israel Batista, a Deputada Arlete Sampaio, a Deputada Eliana Pedrosa, o Deputado Rôney Nemer, o Deputado Chico Vigilante e eu votaremos.

Vamos convocar sessão extraordinária e encerrar a presente sessão ordinária, para votação em segundo turno dos projetos que votamos em primeiro turno. Então, esse projeto está retirado de pauta, para que possamos votar os outros em segundo turno.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Que bom, Presidente, que prevaleceu o bom senso. Em hipóteses como essa, nós tínhamos discussão, por exemplo, de direito novo, se estava de acordo com a Lei Complementar nº 13, ou não. Porque até já existe, mas o que se desejava era um maior detalhamento para maior compreensão do destinatário da norma. De maneira que, por esse nível de complexidade, o ideal é a decisão tomada nesse momento pelo Colégio de Líderes e por V.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Chico Leite. V.Exa. inclusive pode ajudar muito até na próxima terça-feira, para construirmos esse acordo, para a construção de uma emenda em que preservemos os servidores, para evitar inclusive uma enxurrada de ações na Justiça, como nós fizemos aqui na Câmara Legislativa.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   10   2012	15h40min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	116

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Sem revisão da oradora.) – Eu queria agradecer o Colégio de Líderes pela sensibilidade ao nosso apelo de votar o projeto na semana que vem e pedir aos Parlamentares que tenham mais conhecimento sobre esse projeto, que é muito importante. Ele atinge muito o Poder Legislativo porque ele trata sobre a fiscalização do governo.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Convoco sessão extraordinária para votação dos projetos aprovados em primeiro turno na sessão ordinária, bem como dos demais da Ordem do Dia.

Declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 19h12min.)